



**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ÁREAS
PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA – MPGAP**

**AVALIAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DO PARQUE NACIONAL DE
ANAVILHANAS (AM)**

MAYARA DE ARAÚJO SILVA

Manaus, Amazonas
Agosto de 2019

MAYARA DE ARAUJO SILVA

**AVALIAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DO PARQUE NACIONAL DE
ANAVILHANAS (AM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia.

Orientadora: Dra. Susy Rodrigues Simonetti

Manaus, Amazonas
Agosto de 2019



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DA DISCENTE DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

No dia seis de agosto do ano de 2019, às 14:30 horas, no Auditório da COPG do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Campus I, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros titulares: Dra. Rita de Cássia Guimarães Mesquita – INPA, Dra. Paula Soares Pinheiro – ICMBio e o Dr. Zysman Neiman – UNIFESP, tendo como membros suplentes: Dra. Glaubécia Teixeira da Silva – UEA e o Dr. Carlossandro Carvalho de Albuquerque - UEA, sob a presidência do primeiro, afim de proceder a arguição pública do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado da aluna **Mayara de Araújo Silva**, intitulado "Avaliação dos atrativos turísticos do Parque Nacional de Anavilhanas (AM)", sob a Orientação: Dra. Susy Rodrigues Simonetti – UEA.

Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora tendo recebido o conceito final:

APROVADA () REPROVADA POR UNANIMIDADE () POR MAIORIA

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos seguintes membros da Comissão Examinadora:

Dra. Rita de Cássia Guimarães Mesquita

Dra. Paula Soares Pinheiro

Dr. Zysman Neiman

Dra. Glaubécia Teixeira da Silva

Dr. Carlossandro Carvalho de Albuquerque

Observações:

Catálogo na Fonte
Serviço Documentação e Acervo Bibliográfico – SEDAB/INPA © 2019
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Bibliotecário responsável: Jorge Luiz Cativo Alauzo - CRB11/908

586a Silva, Mayara de Araújo
Avaliação dos atrativos turísticos do Parque Nacional de Anavilhanas (AM) / Mayara de Araújo Silva; orientadora Susy Rodrigues Simonetti. -- Manaus:[s.l], 2019.
62 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) -- Coordenação do Programa de Pós-Graduação, INPA, 2019.

1. Unidades de Conservação. 2. Uso Público. 3. Planejamento e Gestão. I. Simonetti, Susy Rodrigues, orient. II. Título.

CDD: 333.72

Sinopse

Este estudo apresenta uma avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos do Parque Nacional de Anavilhanas. Foram identificados os principais atrativos do Parque, cujos foram hierarquizados em relação a infraestrutura, estado de conservação, grau de uso, acesso e apoio local comunitário. O que possibilitou a criação de um *ranking* dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas, e, a elaboração de uma proposta com atrativos para compor possíveis roteiros de visitação.

Palavras-chave: uso público; planejamento e gestão do ecoturismo; áreas protegidas; Parque Nacional de Anavilhanas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter guiado meus passos até aqui.

À minha orientadora, Dra. Susy Rodrigues Simonetti, que aceitou e se disponibilizou em me orientar nesse mestrado e, que me ajudou a conduzir da melhor forma possível essa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP), ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), ao Coordenador do curso Prof. Dr. Gil Vieira, a Prof^a Dra. Rita Mesquita, a secretária do curso Carminha, a Lorena San Román Johanning, a Stanley Arguedas Mora, ao Prof. PhD Henrique Pereira, a Prof^a Elisabete Brocki e, aos demais professores que ministraram aulas e enriqueceram o nosso curso de Mestrado ensinando e compartilhando seus conhecimentos.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que autorizou a pesquisa no Parque Nacional de Anavilhanas, em especial a Me. Priscila Santos, Dra. Paula Pinheiro, Sr. Dolvane Machado, Sr. Enrique Salazar, por suas contribuições a essa pesquisa.

Os meus mais sinceros agradecimentos aos guias/condutores e pilotos da Associação de Operadores de Turismo de Novo Airão (ATUNA), às Secretarias de Meio Ambiente e de Turismo de Novo Airão, as empresas operadoras de turismo e de passeios turísticos, ao Sr. Claus Pfeiffer, proprietário da pousada Bela Vista, a Sra. Marilda Medeiros, proprietária do Flutuante dos Botos, que participaram e ajudaram na realização dessa pesquisa.

Agradeço a amizade, os momentos agradáveis, as risadas, as trocas de conhecimentos, as ajudas disponibilizadas que os companheiros da turma do mestrado me proporcionaram. Foi sem dúvida uma oportunidade enriquecedora e uma honra tê-los conhecidos. Fica a saudade e as boas lembranças da nossa turma.

Às amigas Me. Aldenize Viana da Silva, Me. Ruth Maria de Souza Neves e Me. Franciane Andrade pela colaboração e altruísmo.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, pelo apoio, incentivo, paciência e perseverança em todos os momentos, dando-me força, passando coragem e ajudando a superar cada dificuldade. À minha filha Manuele, amor de minha vida, por perdoar a minha ausência em muitos momentos. Às minhas irmãs Lynne e Sabrina, aos meus sobrinhos Hariel, Samuel, Miguel e Mariana. À minha madrinha Claudia e a todos meus familiares.

Muito abrigada!

Dedico a minha filha Manuele, a minha mãe, minhas irmãs, meus sobrinhos, minha madrinha e *in memoriam* aos meus avós Nair e Magalhães Tavares.

“A gestão das áreas protegidas deve ser compartilhada por todos os atores envolvidos na atividade de visitação, especialmente, a comunidade que habita o entorno de sua área, que conhece a região e apresenta traços culturais potencialmente enriquecedores do produto turístico local.”

David Leonardo Bouças da Silva

RESUMO

O Parque Nacional de Anavilhanas (AM) é um dos destinos naturais procurados por visitantes que buscam conhecer suas belezas e atrativos associados ao lazer e bem-estar, proporcionado pelo ambiente natural preservado das muitas ilhas que formam o arquipélago. Nesse contexto, a visitação no Parque torna-se importante ferramenta de gestão e conserva o da biodiversidade. No entanto, observa-se a necessidade de planejamento turístico, que inclui inventário, análise dos recursos, hierarquiza o de seus atrativos, bem como a mensura o de suas potencialidades. Esse estudo teve como objetivo avaliar e hierarquizar os atrativos turísticos do Parque Nacional de Anavilhanas. E, em suas especificidades, o trabalho objetivou: identificar os principais atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas; hierarquizar os atrativos em rela o a infraestrutura, estado de conserva o, grau de uso, acesso e apoio local comunitário; criar um *ranking* dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas; e elaborar uma proposta com atrativos para compor possíveis roteiros de visita o. Esse estudo de caso se utiliza da metodologia proposta pelo Ministério do Turismo (MTur, 2007) de hierarquiza o de atrativos turísticos, adaptada para atrativos naturais, que contou ainda com as pesquisas bibliográfica, documental, de campo e uma oficina para o planejamento participativo com os gestores e operadores que atuam na região do Parque. A partir da análise da hierarquiza o pode-se construir um *ranking* dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas, em uma ordem numérica de acordo com a pontua o recebida na avalia o desses atrativos cujos subsídios auxiliarão na gestão do uso público e no planejamento ecotur stico. Constatou-se que há atrativos prioritários como as trilhas terrestres, trilhas aquáticas e o Flutuante dos Botos, para a implementa o e a estrutura o de a oes que visem melhorias para a atividade ecotur stica. A implementa o de um centro para visitantes poderia fazer a diferença no Parna, pois seria uma importante infraestrutura para receber os turistas no Parque e divulgar informaçoes sobre a área protegida. Dessa forma, a hierarquiza o dos atrativos turísticos auxilia na avalia o da importância dos atrativos identificados para possível inclusão em roteiros de visita o, servindo de subsídio e instrumento de planejamento e gestão para ajudar a estabelecer prioridades no que se refere ao uso público da área protegida, bem como, aos projetos e   infraestrutura a eles associada. Contudo, a gestão de áreas protegidas, o uso público aliado ao desenvolvimento sustentável que salvasse os recursos naturais, ainda   um grande desafio tanto para o poder público como para a iniciativa privada.

Palavras-chave: uso público; planejamento e gestão do ecoturismo; áreas protegidas; Parque Nacional de Anavilhanas.

ABSTRACT

The Anavilhanas National Park (AM, Brazil) is one of the natural destinations sought by visitors who seek to know its beauties and attractions associated with leisure and well being, provided by the natural environment preserved of the many islands that form the archipelago. In this context, visitation in the Park becomes an important tool for the management and conservation of biodiversity. However, it needs tourism planning, which includes inventory, resource analysis, hierarchization of its attractions, as well as the measurement of its potentialities. This study aimed to evaluate and hierarchize the tourist attractions of the Anavilhanas National Park. And, in its specificities, the work aimed to: identify the main attractions of the Anavilhanas National Park; hierarchize the attractions in relation to: infrastructure, conservation status, degree of use, access and local community support; create a ranking of the attractions of the Anavilhanas National Park; elaborate a proposal with attractions to compose possible tours for visitation. This case study is based on the methodology proposed by the Ministry of Tourism (MTur, 2007) for the hierarchization of tourist attractions, adapted to natural attractions, as well as bibliographical, documentary and field research, and a workshop for participatory planning with the managers and operators that work in the region of the Park. From the analysis of the ranking, one can construct a ranking of the attractions of the Anavilhanas National Park, in numerical order according to the score received in the assessment, whose subsidies will help in the management of public use and ecotourism planning. It was verified that there are priority attractions such as the walking trails, the aquatic trails and the River Dolphins Floating, for the implementation and the structuring of actions that aim at improvements for the ecotourism activity. In terms of suggestion, the implementation of a visitor center could make a difference in the National Park, as it would be an important infrastructure to receive tourists and disseminate information about the protected area. In this way, the hierarchy of tourist attractions helps to assess the importance of the attractions identified for possible inclusion in tours for visitation, serving as a subsidy and planning and management tool to help establish priorities regarding the public use of the protected area as well as to the projects and associated infrastructure. However, management of protected areas is still a great challenge for both the public power and the private sector.

Keywords: public use; ecotourism planning and management; protected areas; Anavilhanas National Park.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 USO PÚBLICO: PLANEJAMENTO E GESTÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS	18
1.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS	22
1.3 AVALIAÇÃO DE ATRATIVOS TURÍSTICOS	25
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
2.1 ÁREA DE ESTUDO	28
2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	30
2.3 PESQUISA DE CAMPO	30
2.3.1 Entrevistas	31
2.3.2 Oficina Participativa	32
2.3.3 Observação	34
3 RESULTADOS	36
3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	36
3.2 HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	37
3.3 <i>RANKING</i> DOS ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS ...	38
3.4 ATRATIVOS SUGERIDOS PARA COMPOR POSSÍVEIS ROTEIROS DE VISITAÇÃO	40
4 DISCUSSÃO	42
4.1 INFRAESTRUTURA	42
4.2 ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CIRCUNDANTE	43
4.3 ACESSO	45
4.4 GRAU DE USO ATUAL	46
4.5 APOIO LOCAL COMUNITÁRIO	47
5 DISCUSSÃO DE LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS E SUGESTÕES	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	60
ANEXO	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos legais e institucionais que tratam do planejamento e da gestão da visitação em UCs.....	18
Quadro 2: Categorias de atrativos turísticos.	22
Quadro 3: Principais características dos referenciais teóricos identificados.	25
Quadro 4: Número de entrevistas individuais realizadas..	31
Quadro 5: Características dos critérios para a avaliação dos atrativos turísticos.....	32
Quadro 6: Critérios para a avaliação dos atrativos turísticos	33
Quadro 7: Atrativos visitados do Parque Nacional de Anavilhanas.....	35
Quadro 8: Identificação dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Parque Nacional de Anavilhanas..	29
Figuras 2 e 3: Entrevistas com guias/condutores e piloteiros da Associação de Operadores de Turismo de Novo Airão (ATUNA)...	31
Figuras 4 e 5: Oficina participativa com os atores sociais envolvidos.....	33
Figuras 6 e 7: Visita aos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Hierarquização dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.	37
Tabela 2: <i>Ranking</i> dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.	39
Tabela 3: Estado de conservação da paisagem circundante dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.	43
Tabela 4: Acesso aos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.	45
Tabela 5: Grau de uso atual dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.	47

INTRODUÇÃO

A humanidade, motivada inicialmente pela necessidade em resguardar áreas naturais das intervenções humanas e de gerir esses espaços, foi ao longo do tempo, incorporando gradualmente a ideia de uso sustentável dos recursos ambientais. Reconhecendo-se como agente transformador da paisagem e gerador de impacto sobre os ambientes terrestres, passando a conceber a ideia de reservar espaços que preservassem características ambientais naturais.

Da mesma forma, uma grande e expressiva parcela da sociedade deseja praticar o turismo em contato direto com o meio natural. Assim, ao longo da história o turismo e a natureza tentam juntos conciliar lazer e conservação. Desse modo, a criação de unidades de conservação é tratada como uma das principais estratégias governamentais no âmbito da política ambiental.

De acordo com alguns autores como Diegues (2001), Drummond (1997), Kinker (2002), Milano (2002), Morsello (2001), Pádua (1997), as primeiras iniciativas para salvaguardar a biodiversidade e seus recursos ecossistêmicos, em território brasileiro, estão referendadas no Parque Nacional de Yellowstone, cuja proposta era beneficiar as atuais e futuras gerações, protegendo, administrando e interpretando atributos de grande valor natural de lugares com paisagens cênicas espetaculares. No Brasil, o primeiro parque nacional criado, em 1937, foi o Parque Nacional de Itatiaia, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Assim, diversos tipos de áreas protegidas foram criadas ao longo da história, cuja importância fora fundamental, pois vieram a influenciar e contribuir para a construção de algo mais amplo e abrangente. Tal dinâmica, juntamente com o desafio da sustentabilidade econômica das unidades de conservação, gera uma perspectiva particular com relação ao valor da biodiversidade em termos estético e recreativo.

Ressalta-se, nesse estudo, a compreensão dos conceitos de área protegida, unidade de conservação e de parque nacional, pela complexidade e importância no processo de gestão da conservação da natureza, onde a visitação em parques nacionais tem motivado a consolidação de instrumentos de gestão que propiciem a participação de diversos atores como a iniciativa privada, as organizações da sociedade civil e as populações locais, com manifestações de inúmeros interesses ambientais, econômicos, sociais e culturais.

Vidal (2018), enfatiza que uma das principais UCs federais, situada no estado do Amazonas, que permite atividades de observação e interação com fauna silvestre em seu interior é o Parque Nacional de Anavilhanas. Nos últimos anos, a área protegida ganhou destaque na política de estruturação, planejamento e fomento ao desenvolvimento turístico promovido pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (IPE, 2009).

Pesquisas realizadas no Parque Nacional de Anavilhanas, relacionadas ao perfil dos visitantes, apontaram que os brasileiros são os principais visitantes do Parque, sendo a maioria do próprio estado do Amazonas. Esse fato pode ser atribuído, em parte, ao menor custo e tempo de deslocamento por visitantes que moram em cidades próximas, como Manaus, Manacapuru e Iranduba, todas situadas em um raio de até 200 km por via terrestre do Parque (VIDAL et al, 2013).

É importante observar que a maioria dos visitantes faz parte do que se considera turismo doméstico. Os turistas internacionais que visitam o Parque são, em sua maioria, dos Estados Unidos, Suíça, Alemanha e Itália. Os demais visitantes são oriundos de outros países da Europa, América Latina, Caribe. Há ainda em menor número, registro de estrangeiros de países como Índia, Singapura, Taiwan, Israel e Nova Zelândia. A maioria dos visitantes possui nível superior e realiza atividades correlacionadas ao ecoturismo, como observação de mamíferos (botos), banhos e passeios de canoa (SIMONETTI et al, 2017).

Há trabalhos realizados no Parque Nacional de Anavilhanas, relacionados ao uso público e ao planejamento e gestão do ecoturismo, destacando-se as pesquisas de Badialli e Ribeiro (2003), ao abordar as questões relativas às atividades de uso público realizadas no Parna e em seu entorno. Scabin (2010), apresenta em seu estudo uma estratégia apoiada no manejo florestal na zona de amortecimento do Parque Nacional de Anavilhanas, e estimula a concentração do turismo na região sul do arquipélago para inibir ações ilegais de extração de madeira.

O estudo denominado “Cadeia Produtiva do Turismo em Parques Nacionais no Brasil e entorno – Parque Nacional de Anavilhanas” (ICMBio, 2011), apresenta os resultados das pesquisas sobre o Parque Nacional de Anavilhanas e o seu entorno, esse estudo foi um contrato estabelecido entre a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e a VB Marketing e Negócios. O estudo fez parte do “Projeto de Fomento do Turismo em Parques

Nacionais e Entorno”, objeto do Convênio firmado entre a ABETA e o Ministério do Turismo.

A pesquisa “Diagnóstico da Oferta Turística do Parque Nacional de Anavilhanas e Entorno” (ICMBio, 2011), do Ministério do Turismo com a empresa contratada Ciclos Projetos Sociais e Turísticos, trouxe subsídio para a organização e o acesso à informação voltada à promoção do turismo no Parque, visando a integração da cadeia produtiva do turismo.

Destacam-se ainda outras pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, relacionadas à temática de uso público e ecoturismo no Parque Nacional de Anavilhanas:

- “Ecoturismo em unidades de conservação no estado do Amazonas: um estudo sobre o Parque Nacional de Anavilhanas” (OLIVEIRA, 2012);
- “Perfil e percepção ambiental dos visitantes do flutuante dos botos, Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão – AM” (VIDAL et al, 2013);
- “Ordenamento participativo do turismo com botos no Parque Nacional de Anavilhanas, Amazonas, Brasil” (VIDAL et al, 2017);
- “Parque Nacional de Anavilhanas – AM: desafios do uso público na Amazônia” (SIMONETTI et al, 2017);
- “Turismo interativo com botos (*Inia geoffrensis*) no Baixo Rio Negro, Amazônia Central” (VIDAL, 2018);
- “Impactos ambientais em Unidades de Conservação: Parque Nacional de Anavilhanas na visão dos profissionais envolvidos com a visitação” (PAIVA, 2019).

Dessa forma, a visitação no Parque Nacional de Anavilhanas torna-se uma importante ferramenta de gestão e conservação da biodiversidade. A gestão do uso público e do ecoturismo requer planejamento turístico, o que inclui inventário turístico, análise dos seus recursos turísticos, a hierarquização de seus atrativos, bem como a mensuração de suas potencialidades. É neste ponto que se encontra a problemática desse estudo, pois há a ausência desses elementos na referida área protegida.

Na perspectiva de se pensar a hierarquização de atrativos como ferramenta de gestão da área protegida, surge a seguinte indagação: quais dos atrativos do

Parque Nacional de Anavilhanas possuem efetivamente potencial de atratividade turística?

Nesse sentido, a contribuição desse trabalho foi preencher essa lacuna, pois não há trabalhos científicos que se utilizem da matriz de avaliação e hierarquização de atrativos no Parque Nacional de Anavilhanas. Esse trabalho se propôs a fornecer subsídios para ajudar na gestão do uso público e no planejamento do ecoturismo no Parque, sendo esta uma das justificativas desse estudo.

Com base nesse contexto, esse estudo teve como objetivo avaliar e hierarquizar os atrativos turísticos do Parque Nacional de Anavilhanas. E, em suas especificidades, o trabalho objetivou:

- ✓ Identificar os principais atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas;
- ✓ Hierarquizar os atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas em relação a: infraestrutura, estado de conservação, grau de uso, acesso e apoio local comunitário;
- ✓ Criar um *ranking* dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas;
- ✓ Elaborar uma proposta com atrativos para compor possíveis roteiros de visitação do Parque Nacional de Anavilhanas.

O presente estudo utilizou uma metodologia de hierarquização (MTur, 2007), que auxilia na avaliação da importância dos atrativos identificados para possível inclusão em roteiros de visitação. A hierarquização dos atrativos turísticos do Parque serve de subsídio e instrumento de planejamento e gestão para ajudar a estabelecer prioridades que determinam a escolha e a tomada de decisão estratégica de governantes, administradores, gestores e empreendedores, no que se refere ao uso público da área protegida, bem como, aos projetos e à infraestrutura a eles associados.

De modo a sistematizar melhor os resultados desse estudo, ele foi dividido em três partes: Uso público: planejamento e gestão em áreas protegidas; Atrativos Turísticos Naturais e Avaliação de Atrativos Turísticos Naturais.

1 USO PÚBLICO: PLANEJAMENTO E GESTÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS

O termo uso público é mais utilizado como sinônimo de visitação em UCs. Uso público e visitação são termos usuais e presentes em instrumentos legais nas três esferas de governo (PASSOLD e KINKER, 2010). O termo uso público é usado de forma abrangente, visto que é a forma de utilização e aproveitamento das UCs pelo público, por meio da visitação e do turismo, independentemente da motivação/atividade (contemplação, recreação, esporte, observação de aves) ou do segmento do turismo em questão (ecoturismo ou turismo de aventura, por exemplo).

Dessa forma, o uso público pode se dar de várias formas e englobar as atividades que podem ser desenvolvidas na UC de acordo com sua categoria, plano de manejo, zoneamento da unidade, plano de uso público etc.

Os documentos legais e institucionais que tratam do planejamento e da gestão da visitação em UCs estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Documentos legais e institucionais que tratam do planejamento e da gestão da visitação em UCs.

documento/instrumento legal	data	termos e expressões utilizados
Decreto 84.017 – aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros	21 de setembro de 1979	“Art. 1, § 2º os parques nacionais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos”.
“Marco conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil” – IBAMA/GTZ.	dezembro de 2000	“Pode-se entender visitação como as atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental, realizadas em contato com a natureza, de acordo com o especificado nos planos de manejo das unidades de conservação”.
Lei 9.985 – institui o SNUC	18 de julho de 2000	“Visitação pública; educação e interpretação ambiental; recreação em contato com a natureza; turismo ecológico”.
Roteiro Metodológico de Planejamento para Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica – MMA/IBAMA	2002	Potencial de visitação – uso possível das UC seja para recreação e lazer em parques nacionais, ou educação ambiental em todas as categorias de manejo. Outros termos encontrados: “formas primitivas de recreação” e “recreação intensiva”
“Diretrizes para a visitação em UC” – MMA/IBAMA	2006	Visitação e turismo
Lei 11.516 – dispõe sobre a criação do ICMBio e dá outras providências	28 de agosto de 2007	Art. 1º, § 5º “(...) programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo”.

Fonte: Rodrigues, 2009 (p. 63).

Um dos objetivos principais de criação das áreas protegidas é a conservação da natureza, por esse motivo o uso público em cada categoria é diferente. Nesse sentido, o poder público passa a efetivar o planejamento ambiental, incluindo o turismo como um fator de desenvolvimento local.

A visitação pública pode ocorrer em quase todas as categorias de UCs, com exceção das Estações Ecológicas e das Reservas Biológicas, desde que compatível com os objetivos, Plano de Manejo da área e Plano de Uso Público, ambos instrumentos de planejamento e gestão (GODOY e LEUZINGER, 2015, p. 230).

Nesse contexto, o principal objetivo dos Parques Nacionais é a proteção da natureza, mas possibilitam também a pesquisa, a educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo em contato com a natureza, que vem ocorrendo no Parque Nacional de Anavilhanas, cuja UC foi criada como Estação Ecológica, categoria que não permite o turismo (visitação somente de caráter educativo) e foi recategorizada para Parque Nacional, diminuindo os conflitos com a UC, uma vez que o turismo é permitido e incentivado.

As atividades de visitação no Parque Nacional de Anavilhanas estão previstas no seu Plano de Uso Público, documento que formaliza a visitação pública no referido Parque. Por sua vez, a portaria nº 47 de 09 de abril de 2012 (ICMBio, 2017), que regula a atividade de uso público e os atrativos no Parque, representa um avanço no controle e no estabelecimento de normas para todas as áreas de visitação (trilhas terrestres, trilhas aquáticas, praias) e, encontra-se no atual Plano de Manejo da referida UC, publicado em 2017.

Dessa forma, a legitimação social e política dos parques nacionais por meio da sua transformação em espaços voltados para o turismo, a manutenção de serviços ambientais e a realização de pesquisas científicas, se contrapõem com o uso dos recursos naturais, pois a extração, a coleta e a pesca não são permitidos. Assim, para as populações que vivem aos arredores dos parques nacionais restam as alternativas de uso indireto dos recursos naturais, sendo a visitação a principal delas.

Segundo Leuzinger (2010),

[...] para garantir maior eficiência na administração e manejo das áreas naturais protegidas e minimizar os possíveis danos associados à visitação, foi criado o Plano de Uso Público (PUP), um dos documentos componentes do Plano de Manejo. O PUP define as formas sustentáveis de utilização das Unidades de Conservação para conservar seus atributos naturais e históricos, através da análise da infraestrutura, estudo da demanda e otimização de atividades, proporcionando ao usuário a oportunidade de interagir, da melhor forma possível, com a natureza. Porém, muitas vezes a visitação pública é permitida sem que esses documentos tenham sido elaborados.

A visitação é uma atividade que requer um trabalho intenso de gestão e de relacionamento com o público e com outras políticas setoriais, principalmente de turismo. Assim sendo, compõe o produto turístico, como parte da cadeia produtiva do turismo, da rede de serviços, infraestrutura e atrativos.

A Lei Geral do Turismo n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e, estabelece no art. 5.º que um dos seus objetivos é:

propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural (BRASIL, 2008).

O turismo, de acordo com essa lei, será desenvolvido em consonância com os objetivos de criação e com o disposto no Plano de Manejo de cada UC.

Considerando o Parque Nacional como uma categoria importante no conjunto de áreas protegidas que compreende o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a visitação é um uso legítimo do parque que tem potencial para contribuir com as diferentes dimensões da sustentabilidade.

Nesse ponto, há uma necessidade de se conciliar uso público com uso sustentável da biodiversidade e demais recursos encontrados nos espaços ambientais. Dentre as diversas fontes de custeio que devem promover a sustentabilidade financeira das UCs, o uso público por meio do turismo é um dos mais utilizados.

As atividades de uso público podem ser turismo, visitas educativas, educação ambiental, pesquisa, entre outras. E, os visitantes podem ser jovens ou idosos, estar em grupo ou sozinhos, ser estrangeiros ou de uma escola próxima à UC, podem ter ou não necessidades especiais. Nesse caso, os atores envolvidos no uso público serão os gestores, os visitantes, os comunitários e os prestadores de serviços.

A sociedade já começa a demonstrar que percebe a importância do acesso e uso das UCs e nota o trabalho que vem sendo desenvolvido com enfoque na articulação entre setor público e privado na área ambiental, com forte apoio à implementação do uso público nos parques.

Dessa forma, quando a UC faz um bom trabalho e tem diálogo com a comunidade, permitindo o acesso às áreas naturais, essa população aprende a

gostar e valorizar a unidade. As comunidades do entorno dessas áreas protegidas tendem a se conscientizar de sua importância.

Sendo assim, a gestão das áreas protegidas deve ser compartilhada por todos os atores envolvidos na atividade de visitação, especialmente a comunidade que habita o entorno de sua área, que conhece a região e apresenta traços culturais potencialmente enriquecedores do produto turístico local (SILVA, 2008).

Dentre as várias formas de participação, os conselhos das UCs são mecanismos de gestão participativa mais específicos e importantes, tanto para as unidades quanto para seu entorno. Conforme Pádua (2002, p. 11) “uma grande esperança para lidar melhor com o entorno, é colocar para funcionar os conselhos consultivos ou os conselhos de gestão, [...], envolvendo os principais atores na área de influência da unidade”.

Os parques, em relação ao uso público, precisam cada vez mais de aliados ao manejo sustentável de seus recursos, reconhecendo que a responsabilidade de bem gerir a área não cabe apenas a um órgão ou instituição. Pelo contrário, todos os que influenciam e dependem da UC possuem papel de destaque e são responsáveis pela área protegida, seja por seus saberes tradicionais, ou pela prestação de serviços e informações.

Em uma área protegida de proteção integral, como no caso do Parque Nacional de Anavilhanas, é imprescindível o direito de uso comum, ou seja, a própria comunidade unida em prol de sua preservação, que é um dos objetivos de criação dos parques. Essa luta é contínua, pois busca o melhor caminho para proteger essas áreas e deve sempre permear um diálogo entre a comunidade e as autoridades.

Os atrativos compõem o produto turístico de um destino, e no Parque Nacional de Anavilhanas esses atrativos são, em sua maioria, naturais.

1.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS

O atrativo turístico é todo elemento material ou imaterial (objetos, equipamentos, pessoas, eventos, fenômenos ou manifestações) ou a combinação de fatores que tenham a capacidade de atrair visitantes à determinada zona ou localidade, capazes de motivar o deslocamento dessas pessoas para conhecê-los (RUSCHMANN, 2006; SILVA e NOVO, 2010; MTUR, 2007).

Os atrativos turísticos são classificados, de acordo com o Ministério do Turismo – MTUR (2007), em: naturais; culturais; realizações técnicas, científicas e artísticas; eventos programados e atividades econômicas. Cada categoria de atrativo turístico tem suas características definidas conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias de atrativos turísticos

CATEGORIA	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
1. Atrativos Naturais	Elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxo turístico.	Montanhas; planícies, costas; lagos; rios; quedas d'água; grutas; cavernas; locais de observação da flora e da fauna; locais de caça e pesca; caminhos pitorescos, termas, Parques Nacionais e Reservas de flora e fauna.
2. Atrativos Culturais	Elementos da cultura que ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxo turístico. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura.	Museus; obras de arte e técnica; lugares históricos; ruínas e sítios arqueológicos; manifestações religiosas e crenças populares; feiras e mercados; música e danças; artesanato e artes populares; comida e bebidas típicas; grupos étnicos; arquitetura popular e espontânea.
3. Realizações Técnicas, Científicas e Artísticas	Obras, instalações, organizações, atividades de pesquisa de qualquer época que, por suas características, são capazes de motivar o interesse do turista e, com isso, propiciar a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Explorações de mineração; explorações agropecuárias; explorações industriais; obras de arte e técnica; centros científicos e técnicos.
4. Eventos Programados	Eventos que concentram pessoas para tratar ou debater assuntos de interesse comum, negociar ou expor produtos e serviços, de ordem comercial, profissional, técnica, cultural, científica, política, religiosa, entre outras, com datas e locais previamente estabelecidos. Esses eventos propiciam a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Artísticos; esportivos; concursos; festas religiosas e profanas; carnavais; outros.

5. Atividades Econômicas	Atividades produtivas capazes de motivar a visitação turística e propiciar a utilização de serviç�os e equipamentos turísticos	Feiras e exposições.
---------------------------------	--	----------------------

Fonte: Adaptado do MTUR (2007, p. 27-28).

A princípio, o turismo se insere onde atrativos especiais se distinguem do cotidiano por sua importância cultural, histórica ou natural. Essa forçá de atratividade para a visitação dos destinos turísticos   o que movimenta todo sistema, incentivando a demanda pela viagem. Assim sendo, os recursos turísticos constituiriam os atrativos que formam a matéria prima do turismo (IGNARRA, 2003; BOULLÓN, 2002; COOPER et al, 2007).

No entanto, a OMT (2003) sinaliza a importância de não se confundir atrativos com recursos turísticos, corroborando com o que afirma Castro et al (2010, p. 29):

Para que um recurso, seja ele qual for, torne-se um atrativo turístico, ele deve ser preparado para melhor acomodação do cliente, ou seja, o turista. Um recurso torna-se um atrativo quando   facilmente acessível, apresenta equipamentos e instalações para serem utilizados pelos turistas e cont m todas as informações necessárias para que seja aproveitado de forma integral, com o pouco tempo disponível para o visitante.

Os recursos, em sua forma original, seriam a matéria-prima do turismo, uma vez que seriam o fundamento para se atrair visitação turística. Somente quando esses elementos estiverem em localidades acessíveis, formatados para receber turistas, poderão ser considerados atrativos turísticos.

Nesse estudo, todos os recursos e atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas, apontados pelos participantes da pesquisa, são considerados, sem distinção, atrativos turísticos.

Dessa forma, o valor de um atrativo   tanto maior quanto mais diferenciado ele for, pois o turista procura o que   diferente daquilo que ele já conhece (IGNARRA, 2003; ROSE, 2002). Os viajantes se deslocam da região de origem até o destino turístico, porque nele encontram os atrativos que desejam conhecer, sejam os elementos relacionados aos aspectos naturais, culturais ou históricos de um destino.

Segundo o Ministério do Turismo (MTur, 2017), o Brasil   apontado como o número um em recursos e atrativos naturais entre 136 países analisados; rico em biodiversidade, reservas de água doce, litoral extenso e florestas preservadas. E,

suas belezas naturais, associadas ao lazer, atraem tanto turistas estrangeiros quanto brasileiros interessados em conhecer o país.

O ano 2017 foi eleito, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Segundo o Relatório de Competitividade do Turismo do Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2017, o Brasil ainda aproveita pouco do seu potencial turístico, principalmente em relação às áreas de rios, lagos, costa marítima e fortes (BRASIL, 2017).

Dados expressivos assim levam à reflexão sobre o fenômeno turístico, foco de discussões das diversas nações em todo o planeta, pelo fato de, gradativamente, as sociedades estarem exercendo maior pressão sobre os ambientes naturais em decorrência da sua popularização.

Sendo assim, para que o turismo se fortaleça, qualidade do meio ambiente, zelo pelos recursos naturais e pelas comunidades receptoras, são condições requeridas. Nessa perspectiva “[...] o turismo pode ser estimulado não só como um meio de conhecimento, mas, também, como um modo de transmitir uma imagem favorável ao visitante [...]” (IGNARRA, 2013, p. 192).

Os atrativos turísticos naturais, no contexto desse estudo, são os elementos de destaque do produto turístico no Parque Nacional de Anavilhanas, por serem um dos que mais provocam o aumento de concentração de turistas ou de serviços turísticos locais em seu entorno.

1.3 AVALIAÇÃO DE ATRATIVOS TURÍSTICOS

O processo de avaliação de atrativos busca fornecer informações para que se possa ordenar o grau de importância que cada atrativo representa, criando um *ranking*. Os resultados desse processo devem auxiliar no planejamento de visitação e fornecer subsídios para identificar quais atrativos requerem atenção ou quais são os mais procurados pela demanda turística.

Os principais autores que discutem atrativos turísticos e hierarquização de atrativos, reafirmam a necessidade de mais estudos de avaliação de atrativos turísticos, e afirmam que poucos foram aqueles que avançaram em direção à construção de referenciais para tal análise (INSKEEP, 1991; LENO CERRO, 1993; BOULLÓN, 1995; PINZAN, 2003; IGNARRA, 2003). Sendo assim, tal literatura ainda pode ser considerada escassa ou insuficiente.

Almeida (2009), apresenta alguns referenciais teóricos consagrados que se destacaram ao longo da pesquisa sobre o tema de hierarquização e matriz de avaliação de atrativos turísticos, cujas principais considerações estão relacionadas no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Principais características dos referenciais teóricos identificados:

Referenciais Teóricos	Principais Características
Índice de Atratividade Turística de Gearing, Swart e Var ou <i>Tourist Attraction Index</i> (TAI) (Fagliari e Almeida, 2004)	Método indireto de preferência dos usuários (a partir de pesquisa com especialistas, que devem ser cuidadosamente escolhidos); foco nos atrativos turísticos; utilização de pesos e escalas numéricas para as avaliações; aparente simplicidade e maleabilidade quanto ao uso.
Grau de Atração Turística de Pinzan (2003)	Área de estudo: Região Metropolitana da Baixada Santista/SP/Brasil; fórmulas matemáticas; análise de atrativo turístico (praia) e estrutura de hospedagem.
Ferramenta para Determinação do Potencial Turístico de Casal (2002)	Utilizada para o planejamento do turismo alternativo (foco da obra de Casal), mais especificamente para o planejamento e desenho de serviços alternativos; Inicia-se a partir do inventário da oferta turística; aparentemente não mostra nenhuma preocupação com o sistema de pontuação ou com qualquer outro indicador de avaliação; apresenta aspectos questionáveis do ponto de vista da subjetividade em sua lista de considerações sobre os atrativos.
Matriz de Avaliação de Atrações Turísticas de Inskeep (1991)	Deve considerar a experiência e o julgamento da equipe de planejamento; aspectos considerados: características naturais dos atrativos turísticos, características culturais e características especiais (podem variar de acordo com a área a

	ser avaliada); fatores de avaliação: acessibilidade, factibilidade econômica do desenvolvimento, impactos ambientais e socioculturais do desenvolvimento, e importância nacional, regional e internacional das atrações; utilização de escala numérica para avaliação.
Adaptação da Metodologia de Hierarquização de Recursos Turísticos da OEA para Aplicação na Comunidade Autônoma de La Rioja por Alvarez Cuervo e Leno Cerro (LENO CERRO, 1993)	Área de estudo: Comunidade Autônoma de La Rioja/Espanha; fórmulas matemáticas; fator de ponderação relativo à zona em que se localiza o recurso (que corrige a hierarquia inicial outorgada ao recurso); elementos: conectividade (acessibilidade física), concentração de recursos e a oferta de alojamento e restauração.
Avaliação dos Recursos Turísticos da OMT (LENO CERRO, 1993)	<i>Fatores internos</i> (grau de utilização do recurso: urbanização, infraestrutura e equipamentos e serviços turísticos; e características intrínsecas) e <i>externos</i> (acessibilidade, proximidade a centros emissores, especificidade do recurso e importância do recurso); fórmulas matemáticas; objetivo principal: determinar o valor de diversas zonas com o fim de estabelecer uma ordem de prioridade nos trabalhos de planejamento e desenvolvimento do turismo.

Fonte: Adaptado de Almeida (2009, p. 544-547).

Souza (2016) avalia o Índice de Atratividade Turística dos Parques Nacionais do Brasil, trabalhando com indicadores em três atributos internos das UCs: físico, social e de manejo. No entanto, os visitantes também consideram outros fatores externos às áreas protegidas para decidir seu destino. Com base em ambientes internos e externos dessas áreas, pode-se mostrar um panorama das diferentes oportunidades recreativas para a oferta turística nos parques nacionais.

Os indicadores internos considerados são: a variedade natural e cultural, atratividade cênica, atividades, infraestrutura, serviços, pessoal, orçamento, acesso interno, regulamentação fundiária e plano de manejo. As variáveis externas são: atrações regionais, acesso, estabelecimentos de hospitalidade, contexto socioeconômico e densidade populacional (SOUZA et al, 2017).

Usando os indicadores e pontuações propostas, os gestores podem entender como os ambientes e os atributos influenciam as atividades, experiências e benefícios dos visitantes. Usando, também uma abordagem científica para definir diferentes procedimentos de gestão e investimentos. Ainda assim, devem ter políticas de gestão, programas e fontes de investimento distintas para suportar demandas turísticas específicas.

De acordo com o estudo mencionado, a proposta é que os indicadores de desempenho da atratividade turística possam apoiar as tomadas de decisão na

alocação de recursos, priorizando os investimentos e garantindo um crescimento sustentável do fluxo de visitas. Um programa bem gerenciado de visitação pode apoiar a conservação e criar sustentabilidade, além dos impactos sociais e econômicos positivos que a área protegida pode oferecer na região.

Os atrativos são a base sobre a qual deve se fundamentar qualquer plano de desenvolvimento turístico, dessa forma, seu inventário e avaliação são fundamentais para o processo de planejamento. A avaliação dos atrativos e recursos determina seu potencial e, conseqüentemente, implica no potencial turístico da localidade. Sendo assim, tal avaliação é essencial para a tomada de decisões estratégicas, pois fornece subsídios para determinar a abrangência dos projetos e a quantidade e a qualidade dos equipamentos e da infraestrutura que devem ser instaladas (RUSCHMANN, 2006).

Para a avaliação dos atrativos é recomendável estabelecer uma hierarquização. O modelo mais conhecido é o proposto pelo antigo Centro de Capacitação para o Turismo da Organização dos Estados Americanos (CICATUR). Grande parte das metodologias existentes para avaliação de atrativos é baseada no modelo do CICATUR.

Porém, a metodologia de hierarquização de atrativos turísticos no Brasil é a utilizada pelo Ministério do Turismo (MTur, 2007), adaptada da Organização Mundial do Turismo (OMT).

De acordo com o MTur (2007, p. 46-47), a aplicação dessa metodologia tem como objetivo:

auxiliar na avaliação da importância dos atrativos identificados para inclusão no roteiro turístico. [...] Avaliam-se aspectos que auxiliarão na definição dessa hierarquia. [...] Deste modo, fornece subsídios para a diferenciação objetiva das características e dos graus de importância de cada atrativo. Esse critério permite classificar cada atrativo de acordo com uma escala preestabelecida.

O presente estudo está pautado na metodologia do MTur (2007), adaptada para atrativos naturais, visto que se trata de uma área protegida. Dessa forma, os atrativos foram identificados, avaliados, hierarquizados, e organizados em um *ranking*, cujos atrativos são sugeridos para compor possíveis roteiros de visitação ao Parque Nacional de Anavilhanas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo de caso se utilizou da metodologia proposta pelo Ministério do Turismo (MTur, 2007) de hierarquização de atrativos turísticos, adaptada para atrativos naturais, e, contou ainda com as pesquisas: bibliográfica, documental e de campo. A seguir são detalhados os caminhos da pesquisa.

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O Parque Nacional de Anavilhanas (Parna), área protegida instituída pela Lei nº 11.799, de 29 de outubro de 2008, criada, a princípio, em 02 de junho 1981, como Estação Ecológica (ESEC) pelo Decreto nº 86.061, sendo recategorizada para Parque Nacional. No início da década de 1990, debatia-se a necessidade de revisar sua categoria, frente à evidente destinação da UC para fins turísticos, que não poderiam ser efetivamente contemplados por uma Estação Ecológica, já como parque nacional, os conflitos com a UC diminuiriam, uma vez que, o turismo sustentável seria permitido (IBAMA, 2002).

Dessa forma, a recategorização da UC a Parque Nacional se dera por vários fatores, como a vocação turística da região, tendo em vista sua grande beleza cênica, pela sua localização geoestratégica, considerando sua proximidade com a cidade de Manaus, principal portal de entrada de turistas que visitam a Amazônia brasileira, e, as demandas advindas da cidade de Novo Airão, pois a cidade localiza-se às margens de Anavilhanas e grande parte de sua economia gira em torno do Parque.

De acordo com Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas (ICMBio, 2017, p. 243), o objetivo da Unidade de Conservação (UC) é

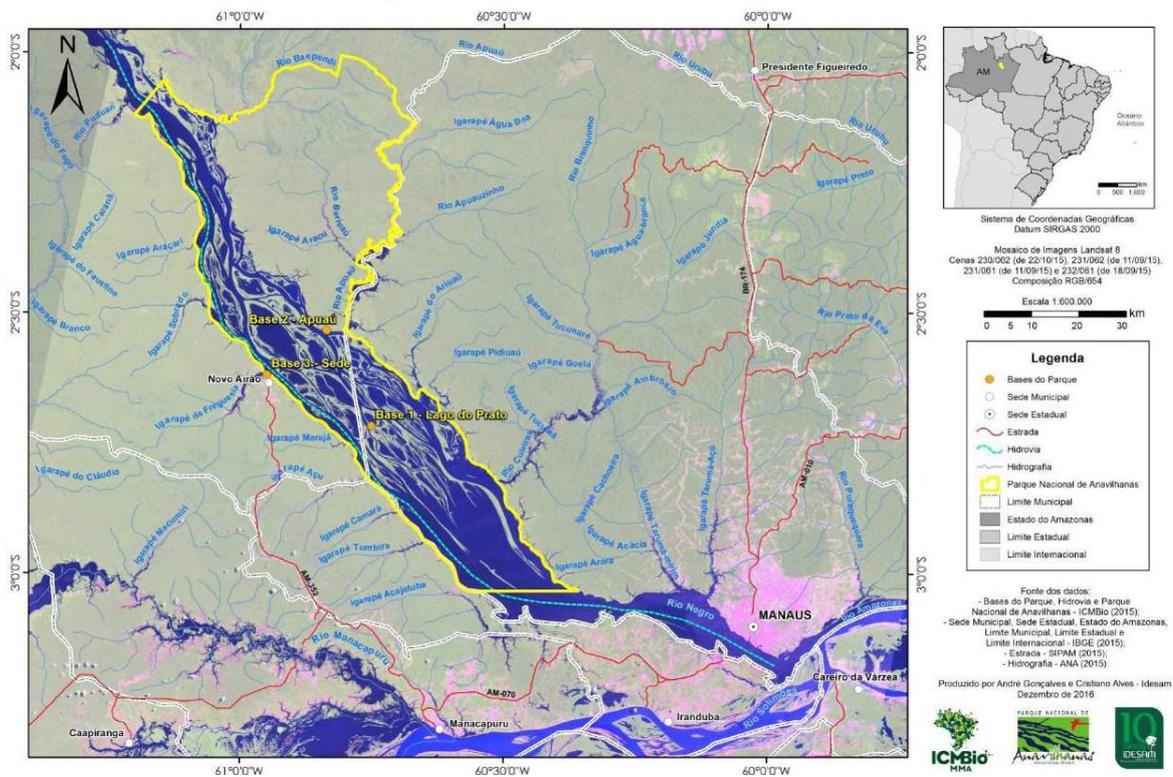
preservar o arquipélago fluvial de Anavilhanas bem como suas diversas formações florestais, além de estimular a produção de conhecimento por meio da pesquisa científica e valorizar a conservação do bioma Amazônia com base em ações de educação ambiental e turismo sustentável. O foco é harmonizar as relações entre as comunidades do entorno e a Unidade com ações de bases sustentáveis.

O Parque Nacional de Anavilhanas possui 70,5% de seu território localizado no município de Novo Airão e 29,5% pertencente à Manaus no estado do Amazonas, totalizando uma área de 3.504,70 km² ou 350.469,79 ha. O Parna localiza-se no rio Negro, cerca de 40 km por via fluvial acima da cidade de Manaus (ICMBio, 2017) e 200 Km distante por via terrestre.

O segundo maior arquipélago fluvial do mundo, o arquipélago de Anavilhanas, localiza-se nos limites do Parna, com aproximadamente 400 ilhas e 60 lagos, além de inúmeros paranás e furos (Figura 1). O acesso ao Parque ocorre por via fluvial, terrestre ou aérea, sendo esta última por meio de hidroavião ou helicóptero (não há aeroporto no município de Novo Airão).

As principais atividades do Parque incluem a interação com botos vermelhos (*Inia geoffrensis*), trilhas aquáticas, atividades náuticas, visita às praias, trilhas terrestres, voo panorâmico, escalada em árvores, pernoite em praias, observação de fauna, flora e paisagem.

Figura 1 – Mapa do Parque Nacional de Anavilhanas.



O Parna faz limite, na margem esquerda do rio Negro, com as Unidades de Conservação Estaduais: APA da Margem Esquerda do Rio Negro Setor

Aturiá/Apuauzinho e RDS Puranga Conquista; e na margem direita com as UCs: APA da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari/Solimões e RDS do Rio Negro.

O Parque Nacional de Anavilhanas é uma área protegida reconhecida mundialmente como um Sítio Ramsar, cujo título refere-se a importância de sua proteção como uma das áreas úmidas do planeta, o Parna faz parte da Reserva da Biosfera da Amazônia Central e Corredor Central da Amazônia (RBAC), e, é Patrimônio Natural da Humanidade. Todos esses instrumentos de gestão territorial visam à preservação da biodiversidade, à valorização social e às práticas de desenvolvimento sustentável, o que pode resultar na priorização de ações voltadas à UC no âmbito do próprio ICMBio, no estabelecimento de projetos e parcerias nacionais e internacionais.

O Parque Nacional de Anavilhanas ainda faz parte do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), um bloco oficialmente com 11 UCs, sendo 03 federais, 07 estaduais e 01 municipal. O Mosaico é gerido por um Conselho Consultivo, cuja Câmara Técnica de Visitação incentivou a elaboração de roteiros integrados entre o Parna e outras 05 UCs do Mosaico, por possuírem iniciativas de Turismo de Base Comunitária – TBC.

2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Para esse estudo fez-se necessário, inicialmente como primeira etapa desse processo, a consulta documental e bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações, documentos qualificados e ligados ao tema de hierarquização de atrativos. Dentre os documentos mais importantes, estão o Plano de Uso Público e o Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas (2017).

2.3 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo, segunda etapa desse trabalho, objetivou coletar os dados e contou ainda com instrumentos e técnicas aplicadas como: questionário, uma oficina participativa e observação sistemática e assistemática durante as visitas aos atrativos do Parque.

2.3.1 Questionários

Os questionários (Figuras 2 e 3) com perguntas semiestruturadas (roteiro pré-estabelecido), tiveram o intuito de coletar dados a respeito da prática da atividade de visitação no parque, identificação e informações sobre os atrativos e prestações de serviços turísticos, foram realizados com os atores sociais afetados direta e indiretamente pela atividade de visitação no Parque Nacional de Anavilhanas nos meses de agosto e setembro de 2018, e tiveram duração média de 35 minutos cada.

A quantidade de questionários aplicados estão resumidos no Quadro 4:

Quadro 4 – Número de questionários aplicados.

Atores Sociais	Número de Questionários
Representante do ICMBio (órgão gestor do parque)	1
Guias/condutores de turismo da Associação de Operadores de Turismo de Novo Airão (ATUNA)	13
Representante da Secretaria de Meio Ambiente de Novo Airão (SEMMA)	1
Representante da Secretaria Municipal de Turismo de Novo Airão (SEMTUR)	1
Empresas operadoras de turismo e de passeios turísticos	1
Hotéis e pousadas	3
TOTAL	20

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Figuras 2 e 3 – Questionário com guias/condutores e piloteiros da Associação de Operadores de Turismo de Novo Airão (ATUNA).



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

2.3.2 Oficina Participativa

A oficina participativa, com os atores sociais envolvidos e apresentados anteriormente, foi realizada no dia 10 de outubro de 2018, no município de Novo Airão, na Escola Estadual de Tempo Integral Balbina Mestrinho e teve duração de 4 horas.

A oficina objetivou coletar informações, identificar os atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas e fazer a hierarquização desses atrativos em relação a: infraestrutura, estado de conservação, grau de uso, acesso e apoio local comunitário.

Para essa oficina foi utilizada como base a Metodologia de Hierarquização de Atrativos Turísticos proposta pelo Ministério do Turismo, adaptada a partir da sugestão da Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR), que para esse estudo foi direcionada somente para atrativos naturais. A aplicação dessa metodologia teve como objetivo principal avaliar o grau de importância dos atrativos identificados para possível inclusão em roteiro de visitação.

No Quadro 5 estão apresentados os critérios citados para a hierarquização dos atrativos, definidos da seguinte forma:

Quadro 5 – Características dos critérios para a avaliação dos atrativos turísticos.

ITENS DE AVALIAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Infraestrutura	Busca-se, por meio do estudo <i>in loco</i> , verificar a existência de infraestrutura turística disponível no atrativo e seu estado de conservação;
Estado de conservação da paisagem circundante	Busca-se verificar, por meio do estudo de campo, a ambiência do atrativo e avaliar o estado de conservação da sua paisagem circundante;
Grau de uso atual	Permite analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e a importância que adquire frente ao Parque. Difere do grau de interesse por representar a situação vigente e não um potencial;
Acesso	Busca-se verificar a existência e condições de uso das vias de acesso ao atrativo. Deve-se levar em consideração a distância e o custo para chegar até o atrativo.
Apoio local comunitário	Busca-se avaliar o grau de interesse da comunidade local no atrativo em relação ao uso turístico;

Fonte: Adaptado do MTUR, 2007.

Posteriormente, foram avaliados os aspectos que definem a hierarquia, o que permitiu classificar cada atrativo de acordo com uma escala preestabelecida de valores (Quadro 6).

Quadro 6 – Critérios para a avaliação dos atrativos turísticos.

	Critérios	Valores			
		0	1	2	3
H I E R A R Q U I A	Infraestrutura	Inexistente	Existe, porém em estado precário	Existe, mas necessita de intervenções/melhorias	Existente e em ótimas condições
	Estado de conservação da paisagem circundante	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Grau de uso atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno Fluxo	Média intensidade de fluxo	Grande fluxo
	Acesso	Inexistente	Em estado precário	Necessita de intervenções/melhorias	Em ótimas condições
	Apoio local comunitário	Nenhum	Apoio de uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoio de grande parte da comunidade

Fonte: Adaptado do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (MTUR, 2007).

Após o conhecimento desses critérios foi possível hierarquizar os atrativos. A hierarquização foi estabelecida da seguinte forma: cada atrativo inventariado foi analisado separadamente, ou seja, cada atrativo foi avaliado individualmente, estabelecendo assim sua hierarquia.

Os participantes da oficina (Figuras 4 e 5), por conhecerem e atuarem diariamente na região do Parque, outro critério para participação no estudo, identificaram e avaliaram os atrativos de acordo com os critérios do Quadro 6, recebendo uma pontuação para cada critério avaliado, em seguida os pontos obtidos foram somados.

A identificação e a hierarquização dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas constam nos resultados (Tabela 1).

Figuras 4 e 5 – Oficina participativa com os atores sociais envolvidos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

2.3.3 Observação

Nos meses de maio, outubro e novembro de 2018, foram realizadas 08 visitas (Figuras 6 e 7) aos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas, com duração média de 2h e 30 min cada visita. Para se chegar aos atrativos foi utilizada como meio de transporte uma lancha rápida denominada, regionalmente, voadeira¹, e as visitas foram guiadas por piloteiros² da Associação de Operadores de Turismo de Novo Airão (ATUNA).

Todas as observações feitas durante as visitas foram registradas em caderno de campo. Quanto às observações assistemáticas, foram registrados aspectos da fauna e flora encontrados ao longo das visitas e apontados pelos participantes da pesquisa. Por outro lado, a observação sistemática possibilitou o registro de elementos significativos dos atrativos, como observações sobre o acesso, a infraestrutura e o estado de conservação.

Figuras 6 e 7 – Visita aos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.

¹ Embarcação movida a motor, de alta potência, com estrutura e casco de metal, geralmente alumínio.

² Os piloteiros são responsáveis por comandarem as voadeiras.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Na pesquisa de campo foram visitados 16 atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas, relacionados no Quadro 7:

Quadro 7 – Atrativos visitados do Parque Nacional de Anavilhanas.

1	Trilha terrestre do Apuaú
2	Trilha terrestre do Andorinha
3	Trilha terrestre do Tamuatá
4	Furo do Tamuatá (trilha aquática)
5	Furo do Mosquito (trilha aquática)
6	Furo do Arraia (trilha aquática)
7	Praia da Orla de Novo Airão
8	Praia do Meio (Praia do Miritipuca)
9	Praia do Tiririca
10	Praia do Sobrado
11	Praia do Baranoa
12	Comunidade Ribeirinha Santo Antônio
13	Comunidade Ribeirinha Tiririca
14	Flutuante dos Botos
15	Base 1 do ICMBio
16	Base 2 do ICMBio

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Após o trabalho de campo, a última etapa consistiu em hierarquizar os atrativos e sistematizar as informações coletadas.

3 RESULTADOS

A seguir, apresentam-se os resultados do estudo, os quais foram divididos em: identificação, hierarquização, *ranking* dos atrativos com a seleção de alguns deles para inclusão em possíveis roteiros.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

A identificação dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas surge a partir das pesquisas documental, bibliográfica, de campo, e como resultado dos questionários, da oficina participativa e da observação. Dessa forma, foram identificados 43 atrativos no Parque Nacional de Anavilhanas, conforme mostra o Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Identificação dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas e entorno.

Nº	ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS
1	Trilha terrestre do Apuaú
2	Trilha terrestre do Andorinha
3	Trilha terrestre do Tamuatá
4	Trilha terrestre do Miritipuca
5	Trilha terrestre do Barro Branco
6	Trilha terrestre do Bariaú
7	Trilha terrestre do Apacuzinho
8	Furo do Andorinha (trilha aquática)
9	Furo do Tamuatá (trilha aquática)
10	Furo do Mosquito (trilha aquática)
11	Lago do Canauiri (trilha aquática)
12	Paraná do Pavão Comprido (trilha aquática)
13	Furo do Arraia (trilha aquática)
14	Furo do Apuí (trilha aquática)
15	Furo do Apacuzinho (trilha aquática)
16	Lago do Barro Branco (trilha aquática)
17	Lago do Marajá (trilha aquática)
18	Praia do Camaleão
19	Praia do Folharal
20	Praia do Saracá
21	Praia da Orla de Novo Airão
22	Praia do Meio (praia do Miritipuca)
23	Praia do Iluminado
24	Praia do Tiririca
25	Praia da Raimundona
26	Praia da Raimundinha
27	Praia do Sobrado
28	Praia do Canauiri
29	Prainha do Jacareubá
30	Praia do Jauari

31	Praia da Gaivota
32	Praia do Aracari
33	Praia do Baranoa
34	Praia da Fortuna
35	Corredeira/Cachoeira Rio Bariaú (na cheia)
36	Corredeira/Cachoeira Rio Puduari (na seca)
37	Flutuante dos Botos
38	Base 1 do ICMBio
39	Base 2 do ICMBio
40	Comunidade Ribeirinha Santo Antônio
41	Comunidade Ribeirinha Tiririca
42	Ruínas de Airão Velho
43	Gruta do Madadá

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Observa-se que fazem parte dos atrativos as trilhas, lagos, paranás, praias, corredeiras, gruta, todos naturais. As ruínas de Airão Velho são o único atrativo histórico-cultural citado. O Flutuante dos Botos, as comunidades ribeirinhas Santo Antônio, Tiririca e as Bases 1 e 2 do ICMBio também estão ligados ao atrativo natural, pois são nesses locais que acontecem as interações com botos e são realizadas observação de fauna e flora, os quais já são utilizados em roteiros e, foram citados pelos participantes da pesquisa. Alguns atrativos identificados não estão dentro dos limites do Parque, mas sim no seu entorno, cujos são: a gruta do Madadá, as comunidades ribeirinhas e as ruínas de Airão Velho. Dessa forma, nesse estudo, foram considerados atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.

3.2 HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Com a identificação dos atrativos do Parque foi possível fazer a avaliação de cada um deles por meio da metodologia proposta pelo Ministério do Turismo (MTur, 2007) de hierarquização de atrativos turísticos, adaptada para atrativos naturais. Dessa forma, cada atrativo foi avaliado conforme as características dos critérios estabelecidos (Quadro 5) e, de acordo com uma escala preestabelecida de valores (Quadro 6).

A hierarquização dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas e seus critérios para avaliação estão apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Hierarquização dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.

Nº	ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE	CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DOS ATRATIVOS	TOTAL
----	---------------------------------	--	-------

	ANAVILHANAS	INFRAESTRUTURA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CIRCUNDANTE	ACESSO	GRAU DE USO ATUAL	APOIO LOCAL COMUNITÁRIO	DE PONTOS
1	Trilha terrestre do Apuaú	2	2	2	1	-	7
2	Trilha terrestre do Andorinha	0	2	3	2	-	7
3	Trilha terrestre do Tamuatá	0	2	3	2	-	7
4	Trilha terrestre do Miritipuca	0	3	1	0	-	4
5	Trilha terrestre do Barro Branco	0	3	1	0	-	4
6	Trilha terrestre do Bariaú	0	3	0	0	-	3
7	Trilha terrestre do Apacuzinho	0	2	3	1	-	6
8	Furo do Andorinha (trilha aquática)	0	2	2	3	-	7
9	Furo do Tamuatá (trilha aquática)	0	1	3	3	-	7
10	Furo do Mosquito (trilha aquática)	0	1	3	3	-	7
11	Lago do Canaui (trilha aquática)	0	1	3	3	-	7
12	Paraná do Pavão Comprido (trilha aquática)	0	1	3	3	-	7
13	Furo do Arraia (trilha aquática)	0	2	3	3	-	8
14	Furo do Apuí (trilha aquática)	0	1	3	3	-	7
15	Furo do Apacuzinho (trilha aquática)	0	3	3	1	-	7
16	Lago do Barro Branco (trilha aquática)	0	3	1	0	-	4
17	Lago do Marajá (trilha aquática)	0	2	2	0	2	6
18	Praia do Camaleão	0	1	2	2	-	5
19	Praia do Folharal	0	1	3	2	-	6
20	Praia do Saracá	0	0	3	2	1	6
21	Praia da Orla de Novo Airão	0	0	3	3	2	8
22	Praia do Meio (praia do Miritipuca)	0	1	3	3	-	7
23	Praia do Iluminado	0	1	1	1	3	6
24	Praia do Tiririca	0	2	2	2	3	9
25	Praia da Raimundona	0	3	1	0	-	4
26	Praia da Raimundinha	0	3	1	0	-	4
27	Praia do Sobrado	0	2	2	1	3	8
28	Praia do Canaui	0	1	2	2	-	5
29	Praia do Jacareubá	0	1	2	1	-	4
30	Praia do Jauari	0	3	0	1	2	6
31	Praia da Gaivota	0	2	0	2	1	5
32	Praia do Aracari	0	1	2	1	2	6
33	Praia do Baranoa	0	2	2	2	1	7
34	Praia da Fortuna	0	3	1	0	-	4
35	Corredeira/Cachoeira Rio Bariaú (na cheia)	0	2	1	1	-	4
36	Corredeira/Cachoeira Rio Puduari (na seca)	0	2	1	1	1	5
37	Flutuante dos Botos	2	1	2	3	3	11
38	Base 1 do ICMBio	2	3	2	2	-	9
39	Base 2 do ICMBio	2	2	2	2	-	8
40	Comunidade Ribeirinha Santo Antônio	2	2	2	2	3	11
41	Comunidade Ribeirinha Tiririca	2	2	2	2	3	11
42	Ruínas de Airão Velho	0	3	1	2	-	6
43	Gruta do Madadá	0	3	1	2	-	6

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

3.3 RANKING DOS ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

A partir da análise do total dos pontos obtidos na hierarquização dos atrativos do Parque (Tabela 1), pode-se construir o *ranking* dos atrativos, em uma ordem de acordo com pontuação recebida na avaliação. O *ranking* dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – *Ranking* dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.

ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	TOTAL DE PONTOS	RANKING
Flutuante dos Botos	11	1
Comunidade Ribeirinha Santo Antônio	11	1
Comunidade Ribeirinha Tiririca	11	1
Base 1 do ICMBio	9	2
Praia do Tiririca	9	2
Furo do Arraia (trilha aquática)	8	3
Praia do Sobrado	8	3
Base 2 do ICMBio	8	3
Praia da Orla de Novo Airão	8	3
Praia do Meio (praia do Miritipuca)	7	4
Praia do Baranoa	7	4
Trilha terrestre do Apuaú	7	4
Trilha terrestre do Andorinha	7	4
Trilha terrestre do Tamuatá	7	4
Furo do Andorinha (trilha aquática)	7	4
Furo do Tamuatá (trilha aquática)	7	4
Furo do Mosquito (trilha aquática)	7	4
Lago do Canauiri (trilha aquática)	7	4
Paraná do Pavão Comprido (trilha aquática)	7	4
Furo do Apuí (trilha aquática)	7	4
Furo do Apacuzinho (trilha aquática)	7	4
Praia do Folharal	6	5
Praia do Saracá	6	5
Praia do Iluminado	6	5
Praia do Aracari	6	5
Praia do Jauari	6	5
Lago do Marajá (trilha aquática)	6	5
Trilha terrestre do Apacuzinho	6	5
Ruínas de Airão Velho	6	5
Gruta do Madadá	6	5
Praia do Camaleão	5	6
Praia do Canauiri	5	6
Praia da Gaivota	5	6
Corredeira/Cachoeira Rio Puduari	5	6
Prainha do Jacareubá	4	7
Corredeira/Cachoeira Rio Bariaú	4	7
Praia da Fortuna	4	7
Praia da Raimundona	4	7
Praia da Raimundinha	4	7
Lago do Barro Branco (trilha aquática)	4	7
Trilha terrestre do Miritipuca	4	7
Trilha terrestre do Barro Branco	4	7
Trilha terrestre do Bariaú	3	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os atrativos da tabela acima, em sua maioria, já recebem visitação, como é o caso do Flutuante dos Botos; das comunidades ribeirinhas: Santo Antônio e Tiririca;

das praias do: Meio, Tiririca, Sobrado; das trilhas terrestres do: Apuaú, Andorinha, Tamuatá; das trilhas aquáticas Furo do: Arraia, Andorinha, Mosquito, Tamuatá; e das Bases do ICMBio.

O *ranking* também mostra outras opções de atrativos que são pouco visitados, mas que alcançaram uma posição que indica uma possível inclusão para roteiros de visitação, como as Praias do Baranoa e Folharal, que ficaram nas posi es 4^a e 5^a do *ranking*.

Algo que o *ranking* mostra   que alguns dos atrativos muito visitados não alcançaram as primeiras posi es, como   caso da Praia do Camele o, que alcançou a 6^a posi o do *ranking*, o que   considerado novo, por se tratar de umas das praias bem visitadas do Parque, segundo os participantes da pesquisa.

3.4 ATRATIVOS SUGERIDOS PARA COMPOR POSSÍVEIS ROTEIROS DE VISITA O

A partir da hierarquizac o (Tabela 1) e do *ranking* (Tabela 2) foram elaboradas duas propostas com os atrativos para que estes possam compor possíveis roteiros de visita o no Parque Nacional de Anavilhanas. Seriam passeios de dura o de um dia e de acordo com as épocas do ano (cheia e vazante do rio Negro), visto que estas influenciam na visita o a alguns atrativos do Parque, como, por exemplo, as praias do arquipélago, que somente podem ser visitadas no período da vazante, e a floresta de igapó, no período da cheia do rio.

Desta forma, como produto final, foi confeccionado um *folder* preliminar do Parque Nacional de Anavilhanas, em formato A2, dobrável em 4 partes, no tamanho para bolso (*for pocket*), com mapa e coordenadas geográficas, legendas, indica es de atrativos, fotos e informa es sobre a área protegida.

O *folder*   um material que está disponível em média e para impressão, também para possível edi o, corre es e/ou altera es, tanto para a gestão do Parque, quanto para os guias/condutores, pilotos, hotéis, pousadas, empresas operadoras de turismo e de passeios turísticos, Secretarias de Meio Ambiente e de Turismo de Novo Airão. O *folder* consta nos Apêndices A e B.

Seguem abaixo as sugestões de atrativos para compor possíveis roteiros de visita o ao Parque Nacional de Anavilhanas:

- **Atrativos sugeridos para inclusão no roteiro 1 (período da vazante):**

Os visitantes podem iniciar o passeio pelo Parque conhecendo o Flutuante dos Botos, e realizando as atividades de interação com os botos vermelhos (*Inia geoffrensis*), também conhecidos como cor de rosa. Em seguida, os visitantes podem deslocar-se de voadeira para conhecer as trilhas terrestres (sugestão de trilhas: Andorinha ou a do Tamuatá), para fazer observação de fauna e flora. Após este passeio, podem seguir de voadeira para visitar a Base 1 do ICMBio, onde é possível observar jacarés. Ainda de voadeira, pode-se chegar até as comunidades ribeirinhas Tiririca e Santo Antônio para conhecer seus costumes, artesanato, fauna e flora. Além disso, os visitantes podem finalizar o passeio conhecendo as praias de água doce do arquipélago de Anavilhanas, para desfrutar do banho de rio (sugestão: Praia do Tiririca), podendo ainda pernoitar na praia.

- **Atrativos sugeridos para inclusão no roteiro 2 (período da cheia):**

Os visitantes podem iniciar o passeio pelo Parque deslocando-se de voadeira para conhecer a Base 2 do ICMBio, onde ocorre a observação da flora, bem como, de fauna, no caso de um casal de antas que vivem em cativeiro, e aproveitar para conhecer a trilha do Apuaú. Após a visita, utilizando a voadeira, é possível fazer as trilhas aquáticas (sugestão: Furo do Tamuatá, Furo do Andorinha ou Furo do Arraia), para observação de fauna, flora presentes na floresta de igapó, como também, podem contemplar as árvores centenárias conhecidas como macucus gigantes (árvores da espécie *Aldina heterophylla*). Os visitantes finalizariam o passeio conhecendo o Flutuante dos Botos, para fazer a atividade de interação.

4 DISCUSSÃO

Esta pesquisa buscou subsídios, a partir do resultado da hierarquização dos atrativos, que pudessem ajudar no uso público da UC, bem como, no planejamento e gestão do ecoturismo do Parque Nacional de Anavilhanas. Os resultados foram avaliados de acordo com critérios como: infraestrutura, estado de conservação, acesso, grau de uso e apoio local comunitário, passando assim a serem analisados separadamente.

4.1 INFRAESTRUTURA

De acordo com o MTur (2007, p. 50) “a infraestrutura de apoio ao turismo é todo o conjunto formado por obras e instalações de estrutura física e de serviços, indispensáveis ao desenvolvimento do turismo e existentes em função dele”.

Para Santos (2004), é interessante perceber que alguns destinos de ecoturismo apresentam uma grande carência de infraestrutura, sem serem significativamente prejudicados por essa situação.

Convém mencionar que uma infraestrutura básica de transporte (estradas, ferrovias, aeroportos, estacionamentos), serviços de utilidade pública (eletricidade, água, comunicações) e outros serviços como saúde e segurança, aliados a uma infraestrutura turística e a potencialidades atrativas aos olhos de consumidores do turismo, podem impulsionar o desenvolvimento da atividade em grande parte das localidades (TADINI e MELQUIADES, 2010).

A análise da infraestrutura instalada nos atrativos do Parna, levou em consideração que o *locus* é uma área protegida de categoria proteção integral, portanto, possui uma infraestrutura turística diferenciada, com algumas instalações, com serviços de alimentação na sede do município, trilhas manejadas. Todavia, ainda com sistema de comunicação precário dentre outros.

Conforme descrito na Tabela 1, nenhum dos atrativos foi hierarquizado em nível 3 (ótimas condições). O resultado mais significativo é que seis (6) atrativos foram hierarquizados em nível 2, ou seja, apresentam uma infraestrutura que necessita de melhorias, como: Flutuante dos Botos, Base 1 do ICMBio, Base 2 do ICMBio, comunidades ribeirinhas Santo Antônio e Tiririca, e Trilha do Apuaú. E,

nenhum dos atrativos foi hierarquizado em nível 1, ou seja, significa que não há infraestrutura em estado precário de conservação. Porém, na maioria dos atrativos não há infraestrutura (nível 0).

Nessa dimensão, atrativos que tenham alto grau de interesse, mas condições precárias de acolhida aos visitantes, são prioritários para ações de melhorias de infraestrutura. No caso do ecoturismo, é importante que sejam agregados novos investimentos a essa infraestrutura básica, com o intuito de prover ao ambiente local condições de receber da melhor forma possível os visitantes no parque.

Em termos de sugestão, a implementação de um centro de visitantes, por exemplo, pode fazer a diferença no Parna, pois seria uma importante infraestrutura para receber os turistas, como é lembrado no próprio Plano de Manejo da UC (2017). Um centro de visitantes ajudaria a divulgar informações e conhecimento sobre a área protegida. Dessa forma, melhorias na infraestrutura e mais serviços relacionados ao turismo, poderiam atrair por mais dias os visitantes no local.

4.2 ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CIRCUNDANTE

O estado de conservação do atrativo turístico diz respeito a sua qualidade como recurso natural, quanto mais conservado, mais importante para determinadas modalidades de turismo (ecoturismo e turismo de aventura, por exemplo). A hierarquização pode subsidiar a identificação dos atrativos em processo de degradação e servir de alerta para intervenções mitigadoras de impactos negativos (OLIVEIRA, 2011).

Doze (12) atrativos foram hierarquizados em nível 3 (ótimo estado de conservação), isso se deve ao fato de que esses atrativos são pouco visitados, assim, encontram-se em estado de conservação caracterizado como ótimo, ou seja, com o mínimo de alteração por ação antrópica. A maioria dos atrativos (16) foram hierarquizados em nível 2 (bom estado de conservação). Treze (13) atrativos foram considerados em estado de conservação regular (nível 1), conforme ilustra os resultados da Tabela 3.

Tabela 3 – Estado de conservação da paisagem circundante dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.

ATRATIVOS	Estado	ATRATIVOS	Estado
-----------	--------	-----------	--------

	de Conser vação		de Conser vação
Base 1 do ICMBio	3	Furo do Andorinha (trilha aquática)	2
Furo do Apacuzinho (trilha aquática)	3	Lago do Marajá (trilha aquática)	2
Praia do Jauari	3	Trilha terrestre do Apacuzinho	2
Ruínas de Airão Velho	3	Praia da Gaivota	2
Gruta do Madadá	3	Corredeira/Cachoeira Rio Puduari	2
Praia da Fortuna	3	Corredeira/Cachoeira Rio Bariaú	2
Praia da Raimundona	3	Flutuante dos Botos	1
Praia da Raimundinha	3	Praia do Meio (praia do Miritipuca)	1
Lago do Barro Branco	3	Furo do Tamuatá (trilha aquática)	1
Trilha terrestre do Miritipuca	3	Furo do Mosquito (trilha aquática)	1
Trilha terrestre do Barro Branco	3	Lago do Canauiri (trilha aquática)	1
Trilha terrestre do Bariaú	3	Paraná do Pavão Comprido (trilha aquática)	1
Comunidade Ribeirinha Santo Antônio	2	Furo do Apuí (trilha aquática)	1
Comunidade Ribeirinha Tiririca	2	Praia do Folharal	1
Praia do Tiririca	2	Praia do Iluminado	1
Furo do Arraia (trilha aquática)	2	Praia do Aracari	1
Praia do Sobrado	2	Praia do Camaleão	1
Base 2 do ICMBio	2	Praia do Canauiri	1
Praia do Baranoa	2	Praia do Jacareubá	1
Trilha terrestre do Apuaú	2	Praia da Orla de Novo Airão	0
Trilha terrestre do Andorinha	2	Praia do Saracá	0
Trilha terrestre do Tamuatá	2	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Apenas dois (2) atrativos foram avaliados como em péssimo estado de conservação (nível 0), que são: a Praia do Saracá e a Praia da Orla de Novo Airão, devido a expressiva quantidade de resíduos sólidos, materiais descartados inadequadamente e o desrespeito às placas de sinalização. As agressões ao patrimônio natural são atribuídas aos moradores e visitantes frequentadores dessas praias, bem como, faz-se o alerta ao poder público no que diz respeito à sensibilização para a conservação desses espaços de lazer e turismo.

Para Nóbrega e Dantas (2014), o ecoturismo é um forte aliado da conservação de áreas naturais, e uma grande oportunidade para desenvolver tal atividade em áreas protegidas. Algo que é considerado bastante positivo é o fato de guias, condutores e pilotos de lanchas receberem cursos de formação para atuarem com o ecoturismo e fazerem parte do conselho consultivo do Parque. Essa aproximação permite trabalharem de forma mais engajada e internalizarem algumas questões, apoiando a gestão do Parna (SIMONETTI et al, 2017).

O Parna, pela importância de seus atrativos naturais, poderia contar com uma maior interação entre a comunidade local e o poder público, enfocando o respeito à natureza em virtude de sua relação intrínseca, e a busca pela conservação, o que pode se tornar peça fundamental para o desenvolvimento local e regional.

4.3 ACESSO

Quanto mais acessível um atrativo, maior a probabilidade de integrá-lo aos programas turísticos. “Uma localidade, por exemplo, mesmo contando com atrativos (e infraestrutura) turísticos, pode ter sua comercialização como destino turístico inviabilizada pela precariedade de acesso” (OLIVEIRA, 2011, p. 80).

Para Silva (2009), os principais determinantes da acessibilidade de um atrativo turístico são: a acessibilidade física, a localização geográfica, a facilidade de acesso e a sinalização indicativa. Esses itens podem facilitar ou dificultar a apropriação do atrativo, influenciando diretamente a percepção dos turistas relativamente ao atrativo em questão.

Quatorze (14) atrativos foram hierarquizados em nível 3 (ótimas condições de acesso). Um resultado significativo foi a indicação que a maioria dos atrativos naturais (15) foram hierarquizados em nível 2, ou seja, representa que o acesso aos atrativos necessita de melhorias. Onze (11) atrativos foram hierarquizados em nível 1, avaliados como apresentando acesso em estado precário e deficiente. Apenas três (3) atrativos foram classificados em nível 0, ou seja, com acesso inexistente, que são: trilha terrestre do Bariaú, Praia do Jauari e Praia da Gaivota.

Tabela 4 – Acesso aos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.

ATRATIVOS	Acesso	ATRATIVOS	Acesso
Furo do Arraia (trilha aquática)	3	Trilha terrestre do Apuaú	2
Praia da Orla de Novo Airão	3	Furo do Andorinha (trilha aquática)	2
Praia do Meio (praia do Miritipuca)	3	Praia do Aracari	2
Trilha terrestre do Andorinha	3	Lago do Marajá (trilha aquática)	2
Trilha terrestre do Tamuatá	3	Praia do Camaleão	2
Furo do Tamuatá (trilha aquática)	3	Praia do Canauiri	2
Furo do Mosquito (trilha aquática)	3	Prainha do Jacareubá	2
Lago do Canauiri (trilha aquática)	3	Praia do Iluminado	1
Paraná do Pavão Comprido (trilha aquática)	3	Ruínas de Airão Velho	1
Furo do Apuí (trilha aquática)	3	Gruta do Madadá	1
Furo do Apacuzinho (trilha aquática)	3	Corredeira/Cachoeira Rio Puduari	1
Praia do Folharal	3	Corredeira/Cachoeira Rio Bariaú	1
Praia do Saracá	3	Praia da Fortuna	1
Trilha terrestre do Apacuzinho	3	Praia da Raimundona	1
Flutuante dos Botos	2	Praia da Raimundinha	1
Comunidade Ribeirinha Santo Antônio	2	Lago do Barro Branco (trilha aquática)	1
Comunidade Ribeirinha Tiririca	2	Trilha terrestre do Miritipuca	1
Base 1 do ICMBio	2	Trilha terrestre do Barro Branco	1
Praia do Tiririca	2	Praia do Jauari	0
Praia do Sobrado	2	Praia da Gaivota	0
Base 2 do ICMBio	2	Trilha terrestre do Bariaú	0
Praia do Baranoa	2	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A existência de sinalização, o grau de dificuldade do percurso das trilhas e eventuais particularidades em sua extensão – como travessias de rio e presença de pontes, por exemplo, ainda pesam sobre os atrativos quanto ao acesso até estes, bem como trilhas de ingresso ao atrativo que primam pela permissibilidade de fruição a qualquer tipo de visitante, podendo, em alguns casos, ser limitadora a muitos grupos pelas condições (OLIVEIRA e CORDEIRO, 2017).

Ainda para Soares e Cardozo (2012), no acesso, analisa-se a estrutura existente e as condições de atendimento que esta oferece, como, por exemplo, acesso rodoviário, vias de circulação interna, condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos (sinalização rodoviária e turística, postos de abastecimento e serviços etc.).

Para análise desse critério buscou-se verificar a existência e condições de uso das vias de acesso aos atrativos do Parque. Foram levados em consideração, por exemplo, a distância e o custo para chegar até o atrativo, que em alguns casos, o tempo gasto varia de 20 min, para atrativos próximos, e aproximadamente 6 horas, para atrativos que se encontrem em locais mais distantes no Parna.

Além disso, há necessidade de mais informações a respeito de como é o acesso e/ou como chegar até os atrativos e, nos locais onde se encontram esses atrativos seria interessante colocar placas identificando-os, sinalização nas trilhas, folhetos que mostrem onde o visitante está e a importância da área protegida. Nesse ponto, a interpretação ambiental também precisa ser melhorada e fortalecida.

A iniciativa poderia ser organizada em conjunto, gestão do Parque e os guias/condutores, roteiros, hotéis, pousadas, empresas operadoras de turismo e de passeios turísticos, além das Secretarias de Meio Ambiente e de Turismo de Novo Airão.

4.4 GRAU DE USO ATUAL

Para Oliveira (2011), essa dimensão analisa a situação efetiva do fluxo turístico em cada atrativo. Isso implica em afirmar que o atrativo que possui um alto grau de uso apresenta uma utilização turística efetiva. Há necessidade do poder público e da gestão do Parna ficarem atentos a esses atrativos, pois é muito comum

que áreas naturais que possuam um fluxo turístico intenso sejam degradadas pelo alto nível de utilização.

Assim, é necessário realizar um planejamento que vise o desenvolvimento de forma responsável e sustentável, buscando preservar as especificidades locais e tentando minimizar os impactos sociais e ambientais que inevitavelmente a atividade turística produz (DANTAS e MELO, 2011).

Dez (10) atrativos possuem a mais alta hierarquização (em nível 3) quanto à intensidade do fluxo turístico, que são: a Praia da Orla de Novo Airão, Praia do Meio (Praia do Miritipuca), o Flutuante dos Botos, Furo do Andorinha (trilha aquática), Furo do Tamuatá (trilha aquática), Furo do Mosquito (trilha aquática), Lago do Canauiri (trilha aquática), Paraná do Pavão Comprido (trilha aquática), Furo do Arraia (trilha aquática) e o Furo do Apuí (trilha aquática).

Quinze (15) atrativos naturais foram hierarquizados em nível 2 (nível médio de intensidade do fluxo turístico), dez (10) foram hierarquizados em nível 1 (nível baixo de intensidade do fluxo turístico), e oito (8) atrativos apresentaram fluxo turístico insignificante, ou seja, nível 0, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Grau de uso atual dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas.

ATRATIVOS	Grau	ATRATIVOS	Grau
Flutuante dos Botos	3	Praia do Camaleão	2
Furo do Arraia (trilha aquática)	3	Praia do Canauiri	2
Praia da Orla de Novo Airão	3	Praia da Gaivota	2
Praia do Meio (praia do Miritipuca)	3	Praia do Sobrado	1
Furo do Andorinha (trilha aquática)	3	Trilha terrestre do Apuaú	1
Furo do Tamuatá (trilha aquática)	3	Furo do Apacuzinho (trilha aquática)	1
Furo do Mosquito (trilha aquática)	3	Praia do Iluminado	1
Lago do Canauiri (trilha aquática)	3	Praia do Aracari	1
Paraná do Pavão Comprido (trilha aquática)	3	Praia do Jauari	1
Furo do Apuí (trilha aquática)	3	Trilha terrestre do Apacuzinho	1
Comunidade Ribeirinha Santo Antônio	2	Corredeira/Cachoeira Rio Puduari	1
Comunidade Ribeirinha Tiririca	2	Prainha do Jacareubá	1
Base 1 do ICMBio	2	Corredeira/Cachoeira Rio Bariaú	1
Praia do Tiririca	2	Lago do Marajá (trilha aquática)	0
Base 2 do ICMBio	2	Praia da Fortuna	0
Praia do Baranoa	2	Praia da Raimundona	0
Trilha terrestre do Andorinha	2	Praia da Raimundinha	0
Trilha terrestre do Tamuatá	2	Lago do Barro Branco (trilha aquática)	0
Praia do Folharal	2	Trilha terrestre do Miritipuca	0
Praia do Saracá	2	Trilha terrestre do Barro Branco	0
Ruínas de Airão Velho	2	Trilha terrestre do Bariaú	0
Gruta do Madadá	2	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

4.5 APOIO LOCAL COMUNITÁRIO

Ressalta-se que, na maioria dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas (29), o apoio local comunitário é inexistente, conforme mostra a Tabela 1, por se tratar de um arquipélago, e também contar com floresta de igapó. As comunidades localizam-se no entorno do Parque e não nos seus limites. No total são 50 comunidades dispostas entre as margens direita e esquerda do Rio Negro.

Nesse critério avaliado, seis (6) dos atrativos obtiveram hierarquização em nível 3 (o mais alto), ou seja, que tem o apoio de grande parte da comunidade: Flutuante dos Botos, comunidades ribeirinhas Santo Antônio e Tiririca, e praias do Tiririca, do Sobrado e do Iluminado.

Quatro (4) dos atrativos foram classificados em nível de hierarquização correspondente a 2 (apoio razoável), que são: praias da Orla de Novo Airão, do Aracari, do Jauari e lago do Marajá (trilha aquática).

E, também, quatro (4) atrativos em nível correspondente a 1, ou seja, apoiados por uma pequena parte da comunidade, foram apontados pelos entrevistados: praias do Baranoa, do Saracá, do Gaivota e corredeira/cachoeira Rio Puduari.

A valorização, a participação das comunidades, a gestão horizontalizada são alguns dos itens principais em um planejamento turístico; e a participação comunitária deve ser um pressuposto, “pois sua ausência pode culminar em transformações adversas na dimensão social, política, ambiental, ecológica, ética, econômica e cultural” (DUTRA, 2017, p. 277) da área em estudo.

Segundo Dutra (2017), o ecoturismo pode ser um dos caminhos para a conservação desses espaços, pois envolve respeito e valorização da natureza e da cultura local, promovendo um diálogo horizontalizado entre os atores sociais. É necessário se estabelecer um processo de corresponsabilidade e legitimação da cidadania.

O envolvimento das comunidades tem importante papel nas práticas turísticas, podendo ser os melhores elos na interação com o visitante. Os habitantes e nativos das localidades turísticas não devem ter no turismo uma ameaça destrutiva de suas identidades culturais e sítios simbólicos de pertencimento (ZAQUAL, 2003).

Para que a relação entre a sociedade e a natureza seja estabelecida de maneira efetiva, o turismo tem sido empregado como foco central para resgate e

manutenção social, cultural e ambiental de certas localidades, podendo ser agente influenciador na proteção do meio ambiente (ZAMIGNAN e SAMPAIO, 2010).

É fundamental que os laços entre a sociedade e o Parque sejam fortalecidos, ainda que, de acordo com o Plano de Manejo (2017), haja um movimento socioambiental (Ajuri de Novo Airão), com representantes de várias instituições governamentais e não governamentais no município, que objetiva sensibilizar, integrar, unir e atuar em prol da aliança entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental por meio da participação social. (SIMONETTI et al, 2017).

De acordo com os dados da Tabela 1, ainda há indicativo da fragilidade do apoio comunitário às práticas ecoturísticas no Parque Nacional de Anavilhanas, considerado um quesito de importância estratégica para a implantação de ações de promoção do ecoturismo, que possa apontar resultados positivos para o desenvolvimento ambiental e socioeconômico local.

5 DISCUSSÃO DE LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS E SUGESTÕES

Reconhecem-se nesse estudo as limitações referentes ao método utilizado nessa pesquisa. Dessa forma, fez-se necessário acrescentar um tópico explicativo a esse trabalho, com os pontos importantes que foram identificados como limitações em relação à metodologia de hierarquização de atrativos turísticos.

A metodologia de hierarquização de atrativos turísticos determina que o atrativo que ganhará mais pontos terá uma maior atratividade. Em parte, nesse caso, se tem uma visão de turismo, por se tratar de uma metodologia da OMT e de órgãos de turismo, cujo método, estabelece um padrão, ou seja, algo que pode ser replicado em qualquer outra localidade.

Porém, nessa pesquisa verificou-se que há um conflito entre os critérios, a pontuação e o zoneamento do Parque Nacional de Anavilhanas, por exemplo, um atrativo com uma boa pontuação em acesso e grau de uso, pode vir a não condizer com o zoneamento proposto para o Parque.

É importante se ter esclarecimentos sobre o zoneamento do Parque, por se tratar de uma unidade de conservação. Nesse caso, dependendo da categoria da UC em que se aplicam essas metodologias, certas regras são diferentes, necessitando de uma maior atenção e cuidado. Pois, algum critério que poderia dar pontos positivos para atrativos turísticos que se encontram fora de unidades de conservação, já nesse caso, dentro de uma delas é ao contrário, ou seja, isso quer dizer que, uma visita muito intensa, por exemplo, pode provocar danos ao patrimônio natural, e isso não é desejável.

No Parque Nacional de Anavilhanas, há um zoneamento, que define normas diferenciadas, que prioriza a conservação. Sendo assim, nem sempre ter maior grau de uso é melhor para o visitante e melhor para o Parque. Dessa forma, a intenção do zoneamento no Parque Nacional de Anavilhanas, não é que se tenha um grande fluxo de visita no parque inteiro, para isso, foram definidas zonas de uso intensivo, que são as mais próximas e, são as mais visitadas, por serem mais acessíveis. E, há zonas, como no outro lado do rio, por exemplo, onde está o Bariaú e o Apuaú, onde o interesse é ter um menor fluxo turístico, para possibilitar uma experiência diferente para o visitante, não só em termos dos impactos da visita,

como também de proporcionar ao visitante uma experiência mais de solidão, e, de contato com a natureza.

É importante reconhecer os instrumentos de gestão que já existem, como a questão do zoneamento do uso público. O fato de um atrativo não ter todos os itens que se avaliam em uma hierarquia, ou tudo o que se espera que se tenha, como acesso, infraestrutura, alto grau de uso, poderá ao contrário, altamente qualificá-lo para um determinado perfil de visitante ou uma determinada modalidade de atividade. Tudo isso se encontra em uma zona muito estreita, que transita entre o atrativo turístico, mas também ao alto valor de conservação desses espaços.

Reconhece-se que há espaço para aprimorar a metodologia de hierarquização de atrativos turísticos, que a próxima pessoa que for utilizar esse método já esteja atento aos problemas dele. Recomenda-se que para estudos futuros, que se faça um trabalho também com os visitantes, o que não coube para esse estudo.

Para relativizar, não consideramos nesse estudo, mas é importante frisar que é necessária uma relativização dessa hierarquia, conforme o plano de manejo previsto para o Parque de Anavilhanas, visto que é importante estar em consonância com essa hierarquia, com o *ranking* e com o zoneamento do parque.

Nesse trabalho, deixa-se claro, que se reconhece que as limitações se devem ao método utilizado, e, que nesse estudo, isso poderá trazer certa distorção aos resultados, que o método se encaminha para tal, mas que há possibilidades de se aprimorar a metodologia de hierarquização. Isso é uma questão do método utilizado.

Há vários atrativos que ficaram sem o apoio local comunitário, quando se tira esses pontos, isso impacta no *ranking*, aqui, sugere-se fazer uma média, ao invés de utilizar a soma, ver quantos fatores entraram, somar e dividir pelo número de fatores que contribuíram para aquele total, para aquele valor, para tentar relativizar.

Sugere-se colocar a hierarquização ao contrário, de 0 a 3. Outra sugestão é acrescentar uma opção de “não sei responder”, e não um valor quantitativo, pois, não há resposta, por se desconhecer sobre tal atrativo. E, ainda, outra sugestão é considerar um item como “não se aplica”, isso talvez, pudesse resolver o problema de atrativos que receberam pontuação, e na conta final da hierarquia, poderiam subir um pouco no *ranking* dos atrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Parque Nacional de Anavilhanas a visitação é uma importante ferramenta de gestão e conservação da biodiversidade. Mas requer planejamento turístico, inventário, análise dos recursos, bem como a mensuração de suas potencialidades, necessários à gestão do uso público e planejamento do ecoturismo.

Essa pesquisa avaliou os atrativos turísticos do Parque Nacional de Anavilhanas, por meio de uma matriz de avaliação, hierarquizando seus atrativos. Dessa forma, foi possível apontar quais dos atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas possuem efetivamente potencial de atratividade turística.

A metodologia adaptada do MTur (2007), utilizada neste estudo, foi um salto no processo de planejamento, na medida em que proporcionou uma análise prévia dos atrativos considerados turísticos e estabeleceu um *ranking*, em que se pode definir prioridades para o desenvolvimento turístico, auxiliando a gestão do uso público do Parque, no que se refere as atividades de visitação.

A partir desse estudo, pode-se perceber os setores prioritários (Tabela 1), como as trilhas terrestres, trilhas aquáticas e o Flutuante dos Botos, para a implementação e a estruturação de ações que visem melhorias para a atividade ecoturística.

As melhorias na infraestrutura e mais serviços relacionados ao turismo, poderiam atrair por mais dias os visitantes no local. Assim, uma importante infraestrutura seria um centro de visitantes para receber os turistas no Parque, o que ajudaria a divulgar informações e conhecimento sobre a área protegida.

O Parque Nacional de Anavilhanas, apesar de ser um dos parques mais visitados da Amazônia, praticamente não tem estruturação turística, isso se deve ao fato de não se ter recurso para investir em uso público. Há recurso no Parque para gestão da unidade, mas nenhum centavo dali pode ir para o uso público. Dessa forma, tudo que se faz no Parque de Anavilhanas é através de parcerias.

Entende-se que há uma escassez de recursos financeiros, mas são necessárias algumas melhorias para receber da melhor forma possível os visitantes. Nesse sentido, deve-se buscar parcerias e investimentos para que as mudanças necessárias ocorram de maneira efetiva. A Prefeitura de Novo Airão também deveria

apoiar mais e investir na estrutura turística, pois beneficiaria ainda mais a população local.

A partir do que foi observado durante a realização da pesquisa de campo, é necessário pontuar que há espaço para outras pesquisas que possam ser realizadas e que venham a contribuir para a gestão do uso público e para o melhor desenvolvimento da atividade de visitação aos atrativos do Parque, de forma a garantir a sua conservação.

O uso público no Parque Nacional de Anavilhanas pode possibilitar oportunidades de vivências e experiências individuais e coletivas. A visitação contribui nas dimensões ecológica e ambiental em um sentido mais amplo, que pode ultrapassar a dimensão espacial do Parque. Isso está relacionado aos aprendizados que os visitantes podem obter, de diversos modos, nas visitas ao Parque e que podem repercutir nas atividades do dia-a-dia e na sua postura com o meio ambiente no qual estão inseridos.

No Parna o uso público por meio da visitação pode ajudar na compreensão da importância da proteção do meio ambiente, os visitantes podem ser incentivados a participar da gestão e do cuidado com o Parque, e também com o ambiente onde vivem cotidianamente.

Os visitantes do Parque são parte fundamental desse processo, com visões e demandas diferenciadas quanto ao nível de satisfação com a experiência e quanto as expectativas que eles têm quando estão em um parque nacional. A internalização desta compreensão pode auxiliar no aproveitamento das visitas para a proteção do meio ambiente e para a prestação de um serviço de qualidade. Outro elemento fundamental são os roteiros, guias e todos aqueles que conduzem os visitantes pelo Parque. Os cursos de capacitação, reuniões e outros, aproximam esse elo imprescindível e promove a gestão do Parque.

Nessa perspectiva, a promoção do turismo, articulada a uma estratégia de desenvolvimento sustentável que salvaguarde os recursos naturais e afirme os interesses das populações locais, configura-se como um grande desafio tanto para o poder público como para a iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. V. de. **Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras**. Turismo em Análise, v.20, n.3, dezembro 2009, pp. 541-561.
- BADIALLI, J. E. L. RIBEIRO, J. D. **O Reverso do Postal: uma análise das atividades de uso público na região da Estação Ecológica de Anavilhanas, Estado do Amazonas, Brasil**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 1, nº 2, p. 181-193. 2003. Santa Cruz de Tenerife, Ilhas Canárias, Espanha. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2003.01.018>.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução por Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002. 278p. (Coleção Turis) Tradução de: Planificación del Espacio Turístico.
- BOULLÓN, R. C. **Los municipios turísticos**. México: Trillas, 1995. 110p. (Trillas Turismo).
- BRASIL. **Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.html> Acesso em: 20 dez. 2017.
- BRASIL. Portal do Brasil. 2017. **Ministério do Turismo assumirá áreas com potencial turístico**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/05/ministerio-do-turismo-assumira-areas-com-potencial-turistico>>. Acesso em: 06 out. 2017.
- CASTRO, D.; TADINI, R. F.; MELQUIADES, T. **Fundamentos do Turismo**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 240p. Disponível em: <<https://canalcederj.cecierj.edu.br/012016/c1f7172905b4dc0c6bf3a251519a5d5c.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- COOPER, et al. **Turismo: princípios e práticas**. Trad. Alexandre Salvaterra. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- DANTAS, N. G.; MELO, R. S. **Análise da metodologia de hierarquização de atrativos turísticos como instrumento para elaboração de roteiros turísticos no município de Itabaiana (PB)**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.147-163, abr. 2011.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2001, 169p.
- DRUMMOND, J. A. **O Sistema Brasileiro de Parques Nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental**. Niterói: EDUFF, 1997.

DUTRA, A. da R. S. **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres.** Revista de Ciências Sociais, nº 47, Junho/Dezembro de 2017, p. 271-278.

GODOY, L. R. da C.; LEUZINGER, M. D. **O financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil. Características e tendências.** Revista de Informação Legislativa: RIL, v. 52. n. 206, p. 223-243, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/206/ril_v52_n206_p223.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2017. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1977-parna-de-anavilhanas>>. Acesso em: 06 out. 2017.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2011. **Cadeia Produtiva do Turismo em Parques Nacionais no Brasil e entorno – Parque Nacional de Anavilhanas.** Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas/images/stories/documentos_tecnicos/Relatorio_Cadeia_Produtiva_Anavilhanas.pdf. Acesso em: 06 out. 2017.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2011. **Diagnóstico da Oferta Turística do Parque Nacional de Anavilhanas e Entorno.** Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas/images/stories/documentos_tecnicos/diagnostico_oferta_turistica_-_anavilhanas.pdf. Acesso em: 06 out. 2017.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo.** 3ª edição revista e ampliada. Editora Senac. Rio de Janeiro. Cengage Learning. 2013.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

INSKEEP, E. **Tourism planning: an integrated and sustainable development approach.** New York: 1991, John Wiley & Sons. 508p.

IPE (Instituto de Pesquisas Ecológicas). 2009. **Ações no desenvolvimento de iniciativas para o turismo de base comunitária no entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas.** Manaus: IPE, 12 p.

KINKER, S. M. S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais.** Campinas. SP: Papirus, 2002. 224 p.

LENO CERRO, F. **Técnicas de evaluación del potencial turístico.** Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y Turismo. 261p, 1993. (Serie Libros sobre Turismo, 2).

LEUZINGER, M. D. **Uso Público em Unidades de Conservação**. In: Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO, Rio de Janeiro, 1. 19 p. 2010.

MILANO, M. S. **Porque existem as unidades de conservação? In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. MILANO, M. S. (org). Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. pág 193-208.

MORSELLO, C. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: Seleção e Manejo**. São Paulo: Annablume, FAPESP. 2001. 343 p.

MTUR. Ministério do Turismo. 2017. **Brasil número um em atrativos naturais**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7848-brasil-o-n%C3%BAmero-um-do-mundo-em-atrativos-naturais.html>>. Acesso em: 06 out. 2017.

MTUR. Ministério do Turismo. 2007. **Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 (Programa de regionalização do Turismo)**. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo_ads_publicacoes/modulox20operacional_7_roteirizacao_turistica.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

NÓBREGA, W. R. de M.; DANTAS, Í. V. de S. **Proposição de roteiros ecoturísticos e de turismo de aventura como alternativa de desenvolvimento no município de Acari (RN)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.3, ago/out 2014, pp.576-601.

OLIVEIRA, I. C. de. **A Hierarquização dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo no estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. 130 f.

OLIVEIRA, M. F. **Ecoturismo em Unidades de Conservação no Estado do Amazonas: Um estudo sobre o Parque Nacional de Anavilhanas**. 2012, 98p. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí). Balneário Camboriú. 2012.

OLIVEIRA, R. S. de; CORDEIRO, J. S. **Análise dos Atrativos Naturais da Serra dos Alves, Senhora do Carmo, Itabira, MG, Brasil: uma contribuição para o desenvolvimento do turismo sustentável**. Revista Turismo em Análise – RTA. ECA-USP. v. 28, n. 2, p. 206-223, maio/ago, 2017. Disponível em: DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i2p206-223>>. Acesso em: 06 out. 2017.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PÁDUA, M. T. J. **Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo**. In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências.

Organizador Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos?** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 1. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. p. 214-236.

PAIVA, B. C. A. de. **Impactos ambientais em Unidades de Conservação: Parque Nacional de Anavilhanas na visão dos profissionais envolvidos com a visitação.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.12, n.1, fev/abr 2019, pp.67-77.

PASSOLD, A. J.; KINKER, S. M. S. **Visitação sustentável em unidades de conservação.** In: Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene (Eds.). Barueri, SP: Manole, 2010.

PINZAN, E. J. **A potencialidade da atividade turística para o desenvolvimento regional.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003. 147p.

RODRIGUES, C. G. de O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade.** Brasília, 2009. 358 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ROSE, A. T. de. **Turismo: planejamento e marketing.** São Paulo: Editora Manole, 2002.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papyrus, 2006.

SANTOS, G. E. de O. **Modelo gravitacional do turismo: proposta teórica e estudo empírico dos fluxos turísticos no Brasil.** São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCABIN, A. B. **Exploração ilegal de madeira no arquipélago de Anavilhanas (Amazônia Central): variáveis humanas que determinam a distribuição espacial da exploração e efeitos estruturais sobre os táxons mais explorados.** 2010, 58 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, Amazonas, 2010.

SILVA, D. L. B. da. **Turismo em Unidades de Conservação: Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhense.** 2008, 206 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília. 2008.

SILVA, D. M. **Investigação do potencial para o espeleoturismo na região da Serra do Iuiu – BA**. Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas. Campinas. Sociedade Brasileira de Espeleologia: SeTur/SBE: 2009. Disponível em: <<http://www.sbe.com.br/turismo.asp>> Acesso em: 18 abr. 2018.

SILVA, G. T. da; NOVO, C. B. M. C. **Roteiro turístico**. 2010. e-tec Brasil. Escola Aberta do Brasil. Manaus-AM: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Ministério da Educação. 66 p.

SIMONETTI, S. R.; SOEIRO, P. W. ; LIMA, R. M. **Parque Nacional de Anavilhanas – AM: desafios do uso público na Amazônia**. In: VIII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social:, 2017, Niterói. Repensando os paradigmas institucionais da conservação, 2017. p. 2084-2097.

SOARES, J. G.; CARDOZO, P. F. **Metodologia para aferimento de potencialidade turística: um estudo de caso**. Revista Espaço Acadêmico. v. 11. n. 128 – jan/ 2012 – mensal, pp. 171-179.

SOUZA, T. do V. S. B. 2016. **Recreation Classification, Tourism Demand and Economic Impact Analyses of the Federal Protected Areas of Brazil**. University of Florida, Gainesville, FL. 201 p.

SOUZA, T. do V. S. B.; THAPA, B.; CASTRO, E. V. de. 2017. **Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras**. PAPP – Parcerias Ambientais Público Privadas. Disponível em: <http://www.papp.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-Indice-de-atratividade-turistica_diagramado.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

TADINI, R. F.; MELQUIADES, T. **Fundamentos do Turismo**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 304p. Disponível em: <<https://canalcederj.cecierj.edu.br/012016/5834ca099d14e0f180e0f7c7bbac715c.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

VIDAL, M. D. **Turismo interativo com botos (*Inia geoffrensis*) no Baixo Rio Negro, Amazônia Central**. Tese (Doutorado em Biodiversidade e Conservação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. 201 p.

VIDAL, M. D.; SANTOS, P. M. C.; JESUS, J. S.; ALVES, L. C. P. S.; CHAVES, M. P. S. R. 2017a. **Ordenamento participativo do turismo com botos no Parque Nacional de Anavilhanas, Amazonas, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais, 12(1): 23-36.

VIDAL, M. D.; SANTOS, P. M. da C.; OLIVEIRA, C. V. de; MELO, L. C. de. 2013. **Perfil e percepção ambiental dos visitantes do flutuante dos botos, Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão - AM**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo 7(3): 419-435. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v7i3.583>.

ZAMIGNAN, G., SAMPAIO, C. A. C. **Turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e de modos de vidas de comunidades tradicionais:** a experiência da micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). In: V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis, SC (2010). Recuperado de <https://goo.gl/xnxUds>

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural.** Trad. Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICE B – FOLDER PRELIMINAR: ATRATIVOS PARA ROTEIROS NO PARNA DE ANAVILHANAS (VERSO)

Proposta de Atrativos para Roteiros de Visitação no Parque Nacional de Anavilhanas

Sugestões de Atrativos

Foram sugeridos atrativos para visitação no Parque Nacional de Anavilhanas, para passeios de duração de um dia e de acordo com as épocas do ano (cheia e seca do rio Negro), visto que estas influenciam na visitação a alguns atrativos do Parque, como, por exemplo, as praias do arquipélago, que somente podem ser visitadas no período da vazante/seca e a floresta de igapó, no período de enchente/cheia.

Período da Vazante/Seca

No período da vazante os visitantes podem iniciar o passeio pelo Parque conhecendo o **1 Flutuante dos Botos**, onde podem realizar as atividades de interação com botos cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*). Em seguida, podem-se deslocar de voadeira para conhecer as **trilhas terrestres**, como a do **2 Andorinha** ou do **3 Tamuatá**. Ao longo do caminho é possível fazer a **observação da fauna e flora** do arquipélago, seguindo de voadeira até a **4 Base 1 do ICMBio**, localizada no Lago do Prato, onde pode-se fazer a atividade de **observação de jacarés**. Próximo dali é possível visitar algumas **comunidades ribeirinhas** localizadas no entorno do Parque e que pertencem a RDS do Rio Negro, como **5 Trinica** e **6 Santo Antônio** para conhecer seus costumes, artesanato, fauna e flora. Para finalizar o passeio o visitante pode desfrutar de um maravilhoso banho nas **praias de água doce** do arquipélago de Anavilhanas, como **7 a Praia do Trinica**, além de outras como, **8 Praia do Meio**, **9 Praia do Baranó** ou **10 Praia do Sobrado**, podendo ainda pernoitar.

Período da Enchente/Cheia

No período de cheia e subida das águas inicia-se o passeio pelo Parque deslocando-se de voadeira para conhecer a **1 Base 2 do ICMBio - conhecida como Apuaú**, onde podem observar a fauna e flora na **2 trilha Apuaú**. Em seguida, podem deslocar-se de voadeira para conhecer as **trilhas aquáticas**, **3 do Furo do Tamuatá**, **4 do Furo do Andorinha** ou **5 Furo do Arraia**, para **observação de fauna e flora** presentes na floresta de igapó. Além, de ter a oportunidade de ver árvores centenárias conhecidas como macaúba gigantes (grandes árvores da espécie *Adina heterophylla*). É possível finalizar o passeio conhecendo o **6 Flutuante dos Botos**, para fazer a atividade de interação com os animais da espécie *Inia geoffrensis*, popularmente conhecido como boto cor-de-rosa.

Fonte: Marcos Amend

Fonte: Paula Soares

Fonte: Rogério Passos

Fonte: Valdeci (ATUNA)

Fonte: ICMBio

Fonte: Mayara Araújo

Fonte: Mayara Araújo

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 64369-1	Data da Emissão: 17/07/2018 15:13	Data para Revalidação*: 16/08/2019
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Mayara de Araujo Silva	CPF: 882.937.422-91
Título do Projeto: Avaliação dos atrativos do Parque Nacional e Anavilhanas	
Nome da Instituição: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA	CNPJ: 01.263.896/0015-60

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Entrevistas com os atores sociais envolvidos	07/2018	07/2018
2	Oficina Participativa com os atores sociais envolvidos	07/2018	08/2018
3	Coleta de dados em campo, visita aos atrativos do Parque	07/2018	09/2018
4	Aplicação de Formulário de Avaliação	07/2018	09/2018

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passado, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação de legislação vigente, ou quando de inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiarem a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/ogen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contatar a administração da unidade e fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Entrevistas com a gestora e/ou com analistas do PNA devem ser agendadas com antecedência via telefone institucional (3365-1345) e/ou pna@icmbio.gov.br
---	---

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		AM	PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 64936427



Página 1/2